

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Fernanda Bitencourt Panerai

“A presença de elementos políticos da Jovem Itália no
periódico O Povo: 1838-1840”.

Porto Alegre, dezembro de 2009.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de filosofia e ciências humanas
Departamento de história

Fernanda Bitencourt Panerai

“A presença de elementos políticos da Jovem Itália no
periódico O Povo: 1838-1840”.

Trabalho de conclusão do curso de História da
Universidade federal do Rio Grande do Sul, para
obtenção do título de Licenciatura.

Orientador: Prof. Dr. Carla Brandalise.

Porto Alegre
2009

Fernanda Bitencourt Panerai

“A presença de elementos políticos da Jovem Itália no
periódico O Povo: 1838-1840”.

Trabalho submetido à coordenação do
curso de história em ----- da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, como requisito parcial para obtenção
do grau de Licenciado em História.

Aprovado em ____/____/____

Prof. Dr. Carla Brandalise (Orientadora)

Prof. Dr. César Augusto Barcelos Guazzelli

Prof. Dr. Claudia Mauch.

Dedico este trabalho à minha família, toda ela...

AGRADECIMENTOS:

*Agradeço em especial para realização deste trabalho à professora
Carla, por aceitar esta orientação de última hora.*

*Ao Eduardo Scheidt que gentilmente enviou seu trabalho sem nenhum
empecilho*

*Ao meu pai, meu marido e todos que ficaram com a Lorena nestes
últimos meses.*

Á minha professora de português

Ao pessoal da Biblioteca da UFGRS e da PUCRS

*E todos que direta ou indiretamente participaram da construção deste
trabalho.*

Quando cada cousa tem que reger a guerra e tentar todos os meios lícitos então, não somente é útil, mas torna-se necessário para adverter a Nação, ou das usurpações do poder, ou da incapacidade dos governantes. Afim de que possa promover e obstar os males de que está ameaçada (O Povo: Prospecto).

Resumo:

O trabalho tem como objetivo demonstrar as aproximações de concepção política entre dois grupos distintos durante a revolução farroupilha o primeiro é o corpo de militantes italianos engajados no conflito, descendentes das organizações carbonárias e da Jovem Itália, seguidores das práticas políticas de Mazzini. O segundo simplesmente é o comando geral do confronto no sul do país, ou seja, os generais da revolução. A fonte a ser trabalhada será a publicação “O Povo - jornal político ministerial e literário da Republica Rio Grandense”, que circulou no estado de 1838 a 1840, e tinha como editor e redator Luigi Rosseti, e posteriormente, Gian Batiste Cuneo italianos radicados na América e engajados no conflito. Para a análise destas concepções será necessário passar pela observação das revoluções de caráter nacional e das recepções do Liberalismo enquanto política social, pois constituirão a base da formação ideológica de um e de outro movimento. A busca por estas aproximações se dará na forma como foi apresentado o projeto de republica a sociedade rio-grandense da época e a quem o jornal endereçava seus discursos, ou seja, como era tratado o “Povo” comum por esses combatentes.

SUMÁRIO:

Introdução: -----	9
1 - O Século XIX: circulação de novas idéias, conflitos políticos e guerras de caráter nacional: -----	14
1.1 – A unificação italiana:-----	20
1.2 - A formação da nação brasileira dentro do novo contexto político do século XIX:-----	26
2 -As adaptações ideológicas: o liberalismo, o nacionalismo e o republicanismo no Rio Grande do Sul: -----	31
2.1 - Revisão Bibliográfica a respeito da historiografia local na Relação entre a Jovem Itália e a Revolução Farroupilha:-----	36
3-O Povo: Jornal Político, Literário e Ministerial da República	
Rio-Grandense: -----	44
3.1 – O Povo:-----	51
3.2 – A República:-----	56
Considerações Finais:-----	65
Bibliografia -----	68

INTRODUÇÃO:

O discurso constitui um dos lugares onde a política exerce, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes (...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta o poder do qual nos queremos apoderar. (Michel Foucault).

Quando a historiadora Sandra Pesavento escreveu, em 1985, um artigo a respeito da ideologia liberal na revolução farroupilha¹ chamou a atenção para a constante exploração historiográfica a respeito do período. Salvo a observação de que, o conflito fora determinante para constituição da identidade Rio-grandense, afirma que a historiografia muda e se transforma com a própria mudança das condições em que é produzida².

No ano de 1930, a livraria do globo, em uma parceria com o Arquivo Histórico do estado, reuniu em dois volumes a coleção completa de periódicos editados pelos oficiais farroupilhas³. Anos se passaram para que trabalhos, que possuíssem os periódicos como objetos de estudo, fossem desenvolvidos. A respeito desta escassez, Guazzelli cita os trabalhos de Francisco Riopardense de Macedo⁴ e da dupla: Carlos Reverbel e Elmar Bones⁵.

¹PESAVENTO, Sandra. *Farrapos, liberalismo e ideologia*. In: FREITAS, Décio. *A revolução Farroupilha, história e interpretação*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985, p. 5-29.

²Ibidem, p. 6.

³MUSEU E ARQUIVO HISTORICO DO RIO GRANDE DO SUL, *Documentos interessantes para o estudo da Grande Revolução de 1835-1845, 1º volume: O Povo, 2º volume: O mensageiro, o Americano, Estrela do Sul (jornales da época)*. Terceiro departamento (história nacional). Porto Alegre, editora da livraria do globo, 1930.

⁴MACEDO, Francisco Riopardense. *Imprensa farroupilha*, IEL, Porto Alegre, 1994.

⁵REVERBEL, Carlos & BONES, Elmar. *Luiz Rossetti: o editor sem rosto e outros aspectos da imprensa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, L&PM, 1996.

O primeiro do ano de 1994 e o segundo de 1996, ou seja, 64 anos após a publicação do arquivo histórico.

Embora existam trabalhos anteriores a esta data que fazem uso dos jornais. No entanto, a produção acadêmica que visa interpretar um conjunto de delicadas relações político ideológico, representadas nos periódicos é um fenômeno relativamente recente.

É possível que este encorajamento tenha vindo depois da obra de Macedo, que nada mais é do que um índice detalhado dos assuntos e documentos contidos nos jornais.

Outro motivo seria o crescimento de trabalhos que, de forma geral, façam uso do jornal como fonte para reconstrução do período que se pretende analisar. Isto se deve, segundo a introdução de um pequeno livro sobre a imprensa do Rio Grande do Sul, de Francisco das Neves Alves ⁶: devido à:

No campo de interpretação da história política, o jornalismo avulta em importância, tendo em vista que, ao contrário dos documentos ditos oficiais – em geral mais lacônicos – os debates de natureza política afloram, refletindo, através das mais diversas modalidades e estratégias discursivas, as formas de ação e pensamento dos agentes políticos de uma dada sociedade. (NEVES, Francisco Alves, 2004: p. 7).

Obviamente, trata-se de uma interpretação de história política⁷ como sendo a história da evolução destas mesmas idéias, nestes termos, o uso da fonte periódica é beneficiado por ser, justamente, o meio pela quais os homens registram suas opiniões.

O século XIX foi uma época de eclosão social em várias partes do globo. Num contexto em que o Liberalismo político estava associado à luta contra o regime monárquico de governo, o novo continente lutava por desvencilhar-se dos velhos dominadores. Também é a partir dessa nova fase na interpretação do mundo que a nação emerge como elemento fundamental nas reivindicações da nova era.

⁶ ALVES, Francisco Neves (org.). *Imprensa política e história no Rio Grande do Sul*, Fundação Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande 2004.

⁷ Esta noção de história política só é possível atualmente devido a um grande movimento de reabilitação deste campo da história. Sobre esta reabilitação Jean-François Sirinelli afirmou: “O renascimento da história política só podia ter efeitos induzidos sobre o estudo dos intelectuais, uma vez levantadas as principais hipotecas. Interrogar-se sobre o peso dos intelectuais não era mais obsoleto. Estudar um grupo social estatisticamente limitado não era mais obrigatoriamente considerado um empreendimento duvidoso. Mais que isso, tal procedimento, longe de ser impressionista, podia aspirar ao realismo científico, sobretudo através da indispensável constituição de um corpus de textos e de uma abordagem prosopográfica dos itinerários. Além disso, é possível esboçar uma história cíclica do engajamento dos intelectuais, que restituiu a este campo de pesquisa a espessura legitimadora da média duração”. (SIRINELLI, Jean François. *Os intelectuais*, in: REMOND, Rene, *Por uma História política*. São Paulo, FGV, 2001: p. 237-238).

O reconhecimento do conjunto de pessoas de um determinado território, reunidos sob o mesmo estatuto passa a atingir todo tecido da vida social. É neste contexto que intelectuais como Mazzini, Rossetti e Cuneo vão despontar.

O primeiro foi o criador de uma concepção de Itália que ultrapassava os pequenos principados e agregava o país em torno de um ideal republicano, unitário e democrático. Os demais foram discípulos do primeiro, tendo aportado na América por meados da segunda década do século XIX. Imediatamente buscaram difundir suas idéias, por meio de artigos em periódicos, afiliando-se às causas existentes na região platina.

O objetivo do trabalho é identificar as aproximações ideológicas entre a organização "Giovini Italia" e os comandantes políticos da revolução farroupilha acerca das concepções de República (passando pela dicotomia entre federação e unitarismo) e Povo, entre os anos de 1938-1940 na publicação "O Povo-jornal político, ministerial e literário da Republica rio-grandense".

Essas aproximações podem ser mais bem entendidas a partir das concepções teóricas mais influentes nos conflitos do século XIX. O nacionalismo e a idéia de nação, o idealismo patriótico, o liberalismo político e o republicanismo. Essas foram às bases norteadoras dos movimentos de caráter social na Europa e influenciaram muitas ações rebeldes na América Latina.

Como afirma René Remond⁸, praticamente todas as revoltas a partir de 1830 no mundo ocidental terão como pano de fundo a questão nacional⁹, mesmo os grupos ligados às antigas forças aristocráticas e monárquicas. A base ideológica será fundamentada a partir das disputas pela independência e autonomia dos diversos territórios europeus.

É dentro deste contexto que se inserem as duas pontas deste trabalho, a primeira é situada na Europa, a questão da unificação da Itália deixou frutos ideológicos bastante significativos. Partindo das velhas sociedades secretas, que desde 1810 tentavam expulsar os austríacos e os franceses do território italiano até chegarmos à organização "Jovem Itália" que descende do movimento carbonário, mas que fundamenta suas lutas na formação de uma República unificada, livre das influências da velha aristocracia clerical.

A outra ponta seria a insurreição dada no ano de 1835 no território Rio-Grandense, sul do Império Brasileiro, a conhecida "Revolução Farroupilha". Mesmo não se tratando de uma organização ideológica coesa, longe disso, aliás, o movimento demonstrou claros traços de influências destes nacionalismos e liberalismos europeus, também é singular a constituição de

⁸REMOND, Rene. *O século XIX, 1810-1914*, São Paulo, Cultrix, 1987.

⁹Ibidem, p. 149.

uma República dos rebeldes que, na verdade, a defenderam de forma singular. Mesmo esse movimento não recebendo um mérito de formulador de ideologias, muitos traços em comum com os intelectuais italianos serão apresentados.

A partir de uma leitura do folheto oficial dos chefes rebeldes o trabalho vai estabelecer, entre dois textos diferenciados, as proximidades, principalmente no que se refere a aclamação ao povo tentando capitalizar adeptos da causa dos rio-grandenses.

Partindo das definições conceituais desses movimentos e dos usos políticos da terminologia “Povo”, (presente em quase todos os textos de emancipação nacional e na fonte que será estudada, o periódico oficial dos farroupilhas). Pretende-se estabelecer uma análise da proximidade dos pensamentos na redação dos textos destinados ao público em geral, que não estivesse necessariamente envolvido no combate com as tropas imperiais.

A escolha da fonte se deve ao fato de, tratando-se da publicação oficial dos rebelados farroupilhas, a mesma era editada por Luigi Rosseti e Gian Batista Cuneo, membros da congrega e antigos militantes carbonários na Europa. Sendo assim, os textos do jornal apresentam uma base de concepções de ambos os grupos estudados, como serão posteriormente esclarecidos.

No entanto, alguns cuidados devem ser considerados no uso da fonte periódica. Sem dúvida trata-se de uma leitura difícil, pois mesmo com todo apoio de uma historiografia a respeito do período a interpretação destas concepções através de um folheto específico, como é o caso do Jornal “O Povo”, requer alguns cuidados especiais. Como afirma Cláudio Pereira Elmir em artigo sobre as armadilhas presentes no trabalho com a imprensa¹⁰. Para esse autor o volume e determinada informação é essencial para verificar a regularidade de um pensamento específico, como coloca: “Ao ler as matérias de um jornal, temos que ser capazes de distinguir entre aquilo que é significativo para a compreensão do nosso objeto daquilo que é fortuito, casual”¹¹. Assim Elmir afirma que devemos ter cuidado para não transformar nosso objeto de pesquisa (o Jornal) em instrumento de nossas intenções.

Buscar uma possível influência do pensamento mazziniano na Revolução do Rio Grande do Sul usando como pretexto os dizeres do periódico, ou mesmo a presença de textos extraídos da Jovem Itália e publicados não garante que essa influência seja verdadeira. No entanto, é possível através dessa leitura, verificar a compatibilidade na aceitação das idéias republicanas do período entre ambos os grupos na publicação. Essa verificação passa pela

¹⁰ ELMIR, Cláudio Pereira. “*As Armadilhas do Jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para pesquisa histórica*”. In: Cadernos do PPG em História da UFRGS, Porto Alegre.

¹¹ Idem.

forma como esses grupos interpretaram as condições à sua volta e como conceberam o poder em períodos de conflito, que obviamente são períodos atípicos.

Os conceitos foram selecionados pelo motivo de que, os projetos políticos em disputa no sul do Brasil vinham a calhar com as propostas para a unificação da Itália, no entanto, a forma de governo defendida por Mazzini era a Republica, no sentido absoluto do termo, ou seja, unitária e com ampla participação popular. Já o caso do Rio Grande do Sul, o projeto vencedor foi o de Republica federada a outras, mantendo assim uma janela para a negociação com outras províncias e, até mesmo com outros países.

Esse caráter de federação não feria os princípios daqueles que lutaram na causa gaúcha, e, apesar das discordâncias, a esperança que germinava nos italianos era de que o sul fosse o libertador de todo o país, trazendo à terra portuguesa na América, o estado nacional republicano tão defendido por Mazzini e seus seguidores.

O trabalho vai se estruturar da seguinte forma: o primeiro capítulo tratará especificamente do século XIX. Iniciando pelas inovações teóricas acerca da política mais relevantes: o iluminismo, sua reação romântica, o nacionalismo, o liberalismo como filosofia, o contexto da restauração pós queda de Napoleão, a luta pela unificação italiana, a formação do estado nacional Brasileiro e qual o papel do Rio Grande do Sul neste projeto.

A segunda parte aborda as adaptações feitas aos estancieiros rio-grandenses às teorias do liberalismo e do republicanismo no Rio Grande do Sul. Neste capítulo será feita uma breve reconstituição historiográfica dos trabalhos que versam sobre a presença de militantes da organização italiana na recém formada República.

Posteriormente, será feita uma análise do periódico estudado, seguida da interpretação de alguns trechos do mesmo. Buscando através destes as proximidades do uso da ferramenta intelectual no conflito. O fechamento serão algumas considerações a respeito da pergunta formulada para a pesquisa e como ela foi respondida

Os números estudados foram recortados conforme o fluxo dos textos que interessavam à pesquisa e conforme os debates mais tensos da que puderam ser identificados a partir de um comparativo com parte da correspondência trocada entre Rossetti e Cuneo. Assim, do primeiro ao décimo primeiro volume foram analisados de forma conjunta, pois se trata do início da publicação e de uma época de divulgação dos pensamentos políticos, tanto dos rebeldes como dos italianos.

Posteriormente foram escolhidas edições descontinuadas pelo fato de conterem textos significativos para análise, inclusive números em que se citam as negociações de paz com o império e as discordâncias entre as diferentes facções do Estado Maior.

I – O Século XIX: circulação de novas idéias, conflitos políticos e guerras de caráter nacional:

O presente capítulo tratará das transformações políticas ocorridas no século XIX: na Europa, com a luta pela queda do antigo regime e no contexto nacional brasileiro, que passou por profunda modificação devido à transferência da corte portuguesa para o país e por seu processo de independência pacífica, criando assim um Estado independente que seguia a linha dinástica imperial.

O texto se concentrará na circulação de idéias e concepções políticas acerca da formação de um Estado soberano independente e as formas como construirão um esquema ideológico que prestará serviço aos seus interesses em ambos os contextos transformadores.

Parte-se da definição de que o mundo pós-independência das colônias norte-americanas, pós-Revolução Francesa e pós-Revolução Industrial passava por uma onda transformadora¹². Havia um esforço em encontrar ordem depois do início da queda das antigas estruturas, que não tinham se desfeito por completo¹³, e o alvorecer de um novo

¹² Remond afirma sobre o século XIX “o traço mais evidente é a frequência de choques revolucionários. Esse século, por direito, pode ser chamado o século das revoluções, porque nenhum – até agora – foi tão fértil em levantes, insurreições, guerras civis, ora vitoriosas, ora esmagadas. Essas revoluções têm como ponto comum o fato de quase todas serem dirigidas contra a ordem estabelecida (regime político, ordem social, domínio estrangeiro), quase todas feitas em favor da liberdade, da democracia política ou social, da independência ou unidades nacionais” In: REMOND, Rene. “O século XIX 1815-1914”. São Paulo, Ed. Cultrix. 1976. Pg. 13.

¹³ Segundo Jacques Droz, a esperança das classes dirigentes na Europa aparece, durante o período de Restauração, com uma série de textos que buscavam rebater a vertente iluminista da intelectualidade Européia, buscando assim, restabelecer as bases do direito divino dos reis e que buscavam respostas religiosas para as causas da revolução. É o caso dos intelectuais do ultramontanismo, entre outras correntes intelectuais, que afirmam que a revolução e a expansão napoleônica se deram por um castigo divino (Droz, 1967, p. 3). Pode-se citar como exemplo, o texto de Ludwig Von Haller, publicado em 1816 – Restauración de La ciencia Del estado: “Los reyes legítimos, son restaurados en sus tronos, lo mismo que restauramos en su puesto a La ciencia legitima, La que sirve al soberano señor, y de cuya verdad da fe el universo” (In Droz, 1967, p. 4).

modelo social, que, embora tivesse lançado suas bases, ainda estava em fase de luta por suprimir as formas dinásticas e religiosas do poder do Estado.

Antes mesmo da eclosão dessa fase revolucionária, os séculos XVII e XVIII desenvolvem um conjunto de idéias, calcadas no uso da razão, defendendo os direitos individuais e combatendo o absolutismo. O Iluminismo torna-se uma das bases intelectual das revoluções posteriores, e também a base intelectual do liberalismo.

Ernest Cassirer, em sua obra “O mito do Estado”¹⁴, apresenta em um dos capítulos a filosofia iluminista¹⁵ e seus críticos do século XIX, os românticos alemães¹⁶. Para o autor, o mérito da ilustração está no fato de se interessarem pela aplicação de suas ideias:

Estavam mais interessados na *vida* política do que na *doutrina* política. Não pretendiam demonstrar, mas afirmar e aplicar, os primeiros princípios da vida social do homem. Em matéria de política, os escritores do século XVIII nunca tiveram a intenção de ser originais (...). O século XVII tinha sido um século metafísico e criara uma metafísica da natureza e uma metafísica da moral. O período do iluminismo tinha perdido o interesse nestas especulações metafísicas. Toda sua energia se concentrava sobre outro ponto, e era não tanto uma energia pensamentos quanto uma energia de ação. As idéias já não eram consideradas como idéias abstratas. Transformavam-se em armas para a grande batalha política. O problema nunca foi descobrir se essas armas eram novas, mas se eram eficazes. (Cassirer, 1961; p. 220)

17

Com a restauração das antigas monarquias, despontaram inúmeros movimentos dedicados a apagar as influências intelectuais que levaram a França à revolução. O romantismo firmou suas bases na busca por uma volta ao passado, contrárias à modernidade e ao racionalismo prático dos iluministas.

O surgimento do Romantismo como forma de expressão política¹⁸ aparece primeiramente na Alemanha, logo nas primeiras décadas do século XIX. Mesmo exercendo

14 CASSIRER, Ernest. “O mito do Estado”. Lisboa: Publicações Europa-America. 1961.

15 Apesar de não ser o tema principal do livro (Cassirer aborda de forma satisfatória o Iluminismo em outra obra: Cassirer, Ernest A filosofia do Iluminismo, Campinas, UNICAMP, 1994), a diferenciação entre Iluminismo e Romantismo é mais útil para o presente trabalho, visto que o primeiro transformou a sociedade pela difusão de um pensamento crítico e transgressor. Já o segundo, buscou restaurar um passado praticamente inexistente, criticaram o Iluminismo e a Revolução, no entanto suas obras. Segundo Cassirer, o romantismo estava mais próximo do campo espiritual do que da ação cotidiana.

16 Ibidem, p. 219 capítulo XIV: A filosofia iluminista e os seus críticos românticos.

17 Cassirer ainda segue apresentando o Iluminismo dentro de um projeto intelectual perfeitamente engajado com a prática: “Nunca existiu talvez uma harmonia mais completa entre a teoria e a prática, entre o pensamento e a vida, que no século XVIII. Todos os pensamentos eram postos imediatamente em ação; todas as ações se encontravam subordinadas a princípios gerais e eram julgadas de acordo com os modelos teóricos” (ibidem, p. 222).

18 Sobre a função do romantismo nos movimentos de unificação nacional, Scheidt afirma: “Embora o romantismo seja usualmente vinculado a políticas conservadoras, de reação ao Iluminismo e com propostas de um “retorno ao passado”, ele, na verdade, caracterizava-se como um movimento heterogêneo, adquirindo

grande influência em uma das vertentes nacionalistas, segundo Cassirer, nunca houve uma teoria clara e coerente¹⁹, nem se mostraram firmes na sua atitude²⁰, sendo impossível atribuir a eles ideias políticas fixas, definidas e inquestionáveis.

A diferenciação entre ambas vertentes intelectuais é mais bem representada na forma como os românticos lidavam com a História. O passado era simplesmente um dos mais altos ideais de vida²¹, daí a importância do mito para os românticos. Ele torna-se culto e veneração.

Enquanto os intelectuais da Revolução acreditavam que os mitos não passavam de simbolizações grotescas que buscavam a legitimidade do poder dinástico, para a tese romântica, símbolos evocam um passado poético, quase divino, e que deveriam ser preservados como patrimônio nacional²².

Estas duas vertentes constituirão, em épocas distintas, as duas versões do movimento das nacionalidades. Estas duas visões antagônicas da nação são apresentadas por Anne-Marie Thièse²³ como oriundas, ou da Revolução Francesa, ou do Romantismo Alemão.

Sob estes moldes, o conceito de nação e nacionalismo faz sentido à medida que, durante todo o século XIX, esse tema perpassará as inúmeras insurreições tanto na Europa quanto na América e será concomitante com a ascensão do capitalismo e do liberalismo político.

Como afirma René Rémond²⁴, praticamente todas as revoltas a partir de 1830 no mundo ocidental terão como pano de fundo a questão nacional, mesmo os grupos ligados às antigas forças aristocráticas e monárquicas. A base ideológica será fundamentada a partir das disputas pela independência e autonomia dos diversos territórios europeus.

A questão nacional²⁵ entrou em pauta nesses conflitos pelas duas vias de formação dessas concepções: a herdada da Revolução Francesa²⁶ e a descendente do Tradicionalismo²⁷.

diversas conotações em diferentes contextos. Se, de fato, na Alemanha o romantismo esteve associado ao conservadorismo, na Itália, ao contrário, a maioria dos românticos eram liberais (...). O romantismo político abarcava, ao menos, duas grandes correntes: uma conservadora, que propunha um retorno ao “país original” e outra nacionalista e libertária, com características revolucionárias e até “socializantes” (SCHEIDT, 2004, P. 103)”.
19 Ibidem, p. 224
20 Ibidem.

19 Ibidem, p. 224

20 Ibidem.

21 Ibidem, p. 225 De acordo com essa consideração, dá-se a origem da Escola Histórica do Direito Alemão, que afirma que nenhuma autoridade sobreleva a História, sendo esta a origem do Direito (p.226).

22 Ibidem, p. 226.

23 Thièse, Anne-Marie. “Ficções criadoras: as identidades nacionais”. In: Revista Anos 90. Nº 15 – 2001/2002, p.7-23.

24 REMOND, René. O século XIX: 1815-1914. São Paulo: Cultrix, 1976.

25 Eduardo Scheidt, em sua tese de doutoramento, apresenta as teorias acerca da nacionalidade do alemão Johann Gottfried Von Herder, elaborada no século XVIII, entre os anos de 1784 e 1791, e do francês Ernest Renan, de 1882, como as duas principais vertentes de perspectiva da questão nacional. Herder baseia sua visão em um

Neste contexto, as duas pontas deste trabalho sofrem o impacto do movimento das nacionalidades à medida que: na Europa, a unificação Italiana passa por todo o processo de difusão do liberalismo e do aparecimento da questão nacional. Tanto sob a ótica racionalista dos pensamentos liberais, veiculada pela burguesia local, como sob a forma espiritual romântica, que teve seu maior expoente na vizinha Alemanha e que, com suas apropriações da história, buscavam um passado glorioso que traduzisse a grandeza do projeto nacional pretendido.

Ao contrário de boa parte do velho continente, a Itália vai realizar sua unificação pelas mãos de uma burguesia liberal que se apropria da concepção romântica de nação.

Já o novo continente, além de ser fortemente influenciado pela independência das colônias norte americanas, causando assim, pós 1815, a independência de boa parte das possessões espanholas. O Brasil terá sua imagem nacional construída de forma bastante singular, a manutenção do sistema dinástico e as apropriações teóricas do Romantismo, movimento mais conhecido por aqui como manifestação literária.

Estas concepções nacionais do Brasil estarão ligadas a uma apropriação do liberalismo econômico por parte da coroa, e de um liberalismo particular, presente nos movimentos insurgente do período regencial.

A centralização da vida e da economia no sudeste do país vai causar forte descontentamento nas lideranças das regiões mais afastadas do coração do império, assim, levadas por um sentimento de sublevação, buscando autonomia local. Neste clima rebelado circularão idéias republicanas e democráticas.

Neste contexto se insere a revolução farroupilha. Na luta por autonomia administrativa local e por defesa de direitos comerciais, será implementado um palco para debates de ordem ideológica, passando pelas discussões nacionais.

No entanto, esse século é de construção de novos paradigmas sociais. Devido à constante revisão por seus contemporâneos, as correntes políticas que disputavam o destino

princípio étnico, como coloca Scheidt: “Para Herder, a nação é algo natural nas sociedades humanas. Não há desta forma, relação entre a nação e Estado ou outras formas de associações políticas. Uma nação seria um agrupamento humano, mais precisamente comunidade étnica, que partilha de uma mesma língua, hábitos e costumes em comum, mesmas tradições e uma história em comum” (Scheidt p. 59). Um século depois o francês Ernest Renan defende a nação criada a partir de um acordo político. Confundir “raça” com “nação” seria um erro. Para Renan nem a língua, nem a raça podem definir uma nação: “una nacion es una alma, un principio espiritual (...) un plebiscito de todos os días, como la existencia del individuo es una afirmacion perpetua de vida”. (Renan in Fernandes Bravo, 2000: 65 - citação transcrita de SCHEIDT, Eduardo. *Representações de nação por periodistas italianos na região platina 1827- 1870*. Tese de doutorado, São Paulo, USP, 2004. manuscrito).

²⁶ Ibidem, p. 153.

²⁷ Ibidem, p. 154.

de diversos territórios palmo a palmo com as antigas estruturas absolutistas não funcionavam de forma separada ou consecutiva.

O liberalismo é, segundo Rémond, o grande fato do século XIX²⁸, não somente por ele predominar mesmo depois de 1848, mas por sua profunda penetração na sociedade. Como se trata de uma filosofia²⁹ que abarca diferentes aspectos da vida, seus traços serão encontrados no movimento de unificação nacional de vários territórios e triunfarão ao final do século como modelo político e econômico do Ocidente.

Enquanto filosofia política esteve alinhado na luta contra certos traços do absolutismo da Restauração, mas também se esquivou da luta popular. Era essencialmente uma manifestação da burguesia³⁰, que não encontrava seu lugar nem no regime de Luís XIV, nem de Napoleão, daí o fato de ser mais expressivo nos países onde a burguesia dominava.

Justamente por ser a representação política preferencial de um setor social, buscou manter-se distante das reivindicações das camadas populares. Sua luta pelo fim do antigo Regime é justificada pela necessidade de não intervenção estatal nos negócios particulares e também para garantir o acesso do grupo aos fóruns representativos da sociedade, assegurando o desenvolvimento do capitalismo. Ao mesmo tempo em que é revolucionário, pois derrubou séculos de dominação do absolutismo, é conservador, quando busca impedir o avanço das camadas mais baixas da sociedade:

O liberalismo tomara todo o cuidado para não entregar ao povo o poder que o povo privou do monarca. Ele reserva esse poder para uma elite, porque a soberania nacional, de que os liberais farão alarde, não é a soberania popular, e o liberalismo não é a democracia; tornamos a encontrar, numa perspectiva que agora esclarece de modo decisivo, essa distinção capital, esse confronto entre liberalismo e democracia, que dominou toda uma metade do século XIX. (Remond, 1976: p.32).

Ainda sobre a ambigüidade dessa doutrina afirma:

²⁸ Remond. Op. Cit. P. 25.

²⁹ Remond reforça o liberalismo enquanto filosofia ao citar sua reação contra a autoridade em prol do individualismo. Prega a liberdade do indivíduo na busca por verdade e hostiliza as formas de organização em grupos por achar que estas absorvem e escravizam o sujeito (Remond, 1976, p. 27).

³⁰ Para Remond, burguesia não significava apenas a camada endinheirada da sociedade, mas um modo de vida mais sensível às transformações ocorridas. A burguesia a que se refere o texto é ocupante dos cargos administrativos, de cultura universitária. O liberalismo é, para esse grupo, como uma ideologia, não apenas ligado a interesses materiais. (Remond, 1976, p. 33).

(...) dessa mesma doutrina, ambígua por si mesma, que rejeita o Antigo Regime e que não quer a democracia integral, que se situa a meio caminho entre esses dois extremos e cuja melhor definição é, sem dúvida, o apelido dado à Monarquia de Julho: “O justo meio”. É porque o liberalismo é um justo meio que, visto da direita, parece revolucionário, visto da esquerda, parece conservador. (ibidem, p. 34).

Será no desenrolar dos confrontos do século que o liberalismo estará associado ao método revolucionário, pois na maioria da Europa enfrentou resistências, embora preferisse evitar essa via³¹. Sua associação com outras ideologias (como o romantismo) carrega seu propósito de uma irracionalidade violenta, que remete a uma imagem poética da Revolução de 1789 e acaba se tornando útil nas lutas de unificação nacional.

O liberalismo político, o romantismo, o movimento das nacionalidades foram, entre outras linhas de pensamento social, os fatores ideológicos de transformação do velho continente. Na América, além das novas idéias econômicas e políticas³², a luta pela libertação da metrópole cada vez mais se tornava necessária e iminente, assim, antes mesmo da França dar vida à sua revolução, as colônias da América do Norte conseguiram sua independência.

Dentro desse quadro de reorganização política global, que abarca a Europa e a América³³, muitos movimentos serão contemporâneos entre si. Nomear um em primeiro lugar não significa que possui maior relevância que os demais, trata-se de uma escolha arbitrária, necessária para a compreensão do período.

O avanço napoleônico, sem dúvida, é determinante para o futuro político tanto dos territórios invadidos diretamente, como de suas respectivas colônias (falando em especial da América). A investida imperialista contra a Europa fez surgir uma reação unificada entre a

³¹ Ibidem, p. 35.

³² A respeito da circulação de ideias iluministas nas colônias americanas, é válida a colocação de César Guazzelli (GUAZZELLI, César Augusto Barcelos. “A crise do sistema colonial e o processo de independência”, In: WASSERMAN, Cláudia (coord.) “Historia da América latina: cinco séculos”. Porto Alegre, UFRGS editora, 2003. Pgs: 118-176), ao citar o trabalho de Pierre Chaunu afirma que “além de tardia, a influência da ilustração se fez sentir de maneira assimétrica no continente: além de ser uma ínfima parcela dos *criollos* os que tiveram contato com os autores iluministas, havia muita diferença de acordo com cada região; se havia maior disseminação na Venezuela, no Rio da Prata e no Chile, até por serem áreas onde o controle da metrópole não era tão evidente, nos Andes Centrais ela era praticamente inexistente”. (Guazzelli in Wasserman, 2003: p. 138). Afirma ainda que as ideias mais radicalizadas eram seguidas por um grupo muito pequeno de pessoas, como Bolívar (p. 139). No entanto, ressalta que o maior impacto da ilustração nas colônias espanholas se deu com as reformas borbônicas, a ampliação do comércio trouxe uma diversificação econômica na produção americana e conscientizou o setor *criollo* das vantagens do livre comércio. As mudanças administrativas tiveram como consequência uma mudança na capacidade de arrecadação fiscal, atingindo, além da elite colonial, a população indígena. Assim as primeiras dos anos 80 serão uma reação aos incrementos da arrecadação da coroa (p. 139).

³³ As três grandes ondas revolucionárias entre 1815 e 1848 atingiram praticamente a Europa e a América. A Ásia e a África só ingressaram nesta “onda revolucionária” após 1850 com o Motim Indiano e a “Rebelião Taiping” (In Hobsbawm, A era das Revoluções, p. 127).

velha aristocracia, deposta em diversos territórios, e modelos de governo liberais, no caso a Inglaterra, preocupada em deter o avanço da revolução.

O congresso de Viena propôs um novo mapa para o continente, preocupado em manter o equilíbrio de forças entre as grandes potências da época. As modificações mais importantes foram: criação dos Países Baixos (histórica República Holandesa, extinta em 1795); restauração do reino da Sardenha, incorporado à República Genovesa (extinta em 1797)³⁴. Quase toda a margem esquerda da Alemanha³⁵ foi cedida à Prússia, como forma de barreira dupla (contra a França a Oeste e contra Rússia a Leste)³⁶. Na Itália³⁷, com o mesmo propósito se instalaram os austríacos, anexando a Toscana, Milão e a República Veneziana³⁸.

Dentro desse contexto restaurador é que se encontra o território italiano. Depois de livrar-se da presença francesa, a retomada austríaca e a restauração de práticas do Antigo regime, também não agradavam a uma camada da sociedade que detinha certa capacidade de mobilização. Esse descontentamento, aliado aos fatores ideológicos mencionados anteriormente, é que dará os fundamentos do movimento de unificação da Itália.

1.1) A unificação Italiana: carbonários, Mazzini e a *Giovine* Itália:

No século XIX, o território italiano era extremamente fragmentado, a Áustria³⁹ ocupava o Tirol, parte da Lombardia, Veneza e Dalmácia. Os estados pontifícios eram dezoito legações, os reinos de Nápoles e da Sardenha, os Ducados de Parma, de Módena e de Toscana viviam em permanentes intrigas, buscando o alargamento de suas precárias fronteiras.

³⁴ Ibidem, p. 162.

³⁵ Ao contrário de outros países como França, Portugal e Espanha, não houve por parte do Congresso interesse em restaurar o Sacro Império Romano. Os trinta e nove estados alemães, incluindo Prússia e Áustria, formavam uma confederação que não exercia grande influência principalmente na disputa entre prussianos e austríacos. Também houve uma tentativa de abafar a agitação nacionalista, estabelecendo assim certa autonomia dos estados alemães (ibidem, p: 163).

³⁶ Ibidem, p. 163.

³⁷ Também na Itália, além da inclusão de um Reino Lombardo Veneziano, houve a restauração do papa nos estados pontifícios e dos antigos governantes nos estados menores. Não houve restauração Bourbon nos reinos de Nápoles, que manteve o governo de Murat por algum tempo com o apoio de Metternich. (idem).

³⁸ Idem.

³⁹ A restauração promovida em 1815 buscou, sobretudo no território italiano, garantir a dominação austríaca. O imperador exercia um domínio direto sobre o território Lombardo e um controle indireto sobre os ducados de Parma, Modena e da Toscana, além do território alemão limítrofe dos estados italianos do norte. O princípio geopolítico da Restauração era estabelecer um equilíbrio de forças entre as maiores potências do continente, buscando assim neutralizar a França e evitar uma segunda Revolução. Assim, a Áustria ocupava parte do que é hoje o norte da Itália e o sul da Alemanha.

Nessa Itália fragmentada, não havia, desde a restauração, espaço legal para burguesia exercer sua oposição ao poder monárquico. Isso se reflete na grande quantidade de organizações secretas⁴⁰. Desde a ocupação francesa estas estavam presentes, atuando à revelia da proibição que o regime bonapartista lhes impôs⁴¹.

Os carbonários⁴² descendiam da Maçonaria Florestal, ou maçonaria da madeira, reuniam-se nas cabanas de carvoeiros da região de Nápoles, e surgiram como reação à opressão napoleônica. Eram, em sua maioria, artesãos, profissionais liberais, suboficiais, entre outros. Tinham o objetivo de derrubar a aristocracia, atuavam na Itália, na França e na Espanha.

Era uma organização definida pela diversidade de tendências ideológicas, pois aceitava de monarquistas a republicanos. Segundo Zavalla⁴³, as dificuldades políticas, mantiveram certa coesão ideológica, devido à luta contra a opressão austríaca. Porém, havia muita divergência interna devido à variedade de pensamentos e de situações locais e pela falta de um projeto único e consolidado para o território italiano, como posteriormente veio a ser a “Jovem Itália”.

40 ZAVALLA, Íris. *Masones, comuneros y carbonarios*. Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1971. Sobre a forma secreta de organização, a autora traça um breve histórico, iniciando pela sociedade conhecida com *sublimes maestros perfectos*, da qual fazia parte o italiano Filippo Buonarroti (1761-1837). Buonarroti foi um dos colaboradores da organização de François Noel Babeuf (1760-1797), devido à clara intenção comunista e igualitária, a preocupação básica de Babeuf fora a de resolver o problema econômico e cultural da massa de despossuídos e da opressão dos pobres. Devido à radicalidade de suas ideias, Babeuf foi guilhotinado nove anos depois da queda da Bastilha (p. 97). Antes disso, em 1796, Buonarroti se viu obrigado a levar para a clandestinidade o primeiro partido político organizado e disciplinado da história europeia, somente os altos dirigentes conheciam o fim republicano e comunista da organização (p. 98). Esse formato entrou pelo século XIX, multiplicando assim o número de organizações. A razão da clandestinidade permaneceu sendo a criação de repúblicas democráticas e melhor distribuição da riqueza. O texto termina citando Louis Blanc, Auguste Blanqui, Giuseppe Mazzini e Miguel Bakunin como exemplos de revolucionários que tiveram que recorrer à tática de organizações secretas (p.99).

41 As sociedades secretas foram proibidas durante a presença das tropas francesas em território italiano. Daí o fato de muitas se exilarem nas zonas rurais para realizar suas reuniões. Esse fato corresponde à Espanha e à Grécia, onde também havia maçons e carbonários. Jaques Droz afirma que, até 1820, a restauração foi, ao menos no caso da Itália, um movimento moderado, que manteve as marcas da administração napoleônica. No entanto, não havia espaço para manifestação de pensamentos contestadores dos governos absolutistas. A Itália, por essa razão, foi o lugar onde mais se propagaram as seitas secretas e, mesmo que não tenham sobrevivido em sua maioria, elas são as bases da organização pelo movimento de unificação italiana (Droz. *Europa, Restauración y ...* 1967. p:173 e 174).

42 Embora esta obra seja especificamente sobre as sociedades secretas da Espanha na mesma época, segue trecho sobre a origem da associação carbonária: “la carbonería italiana se inicio hacia 1814-1815, con un centro en Salerno y surgió como movimiento disidente de la masoneria, al igual que el grupo de comuneros españoles. Uno de sus fundadores fue el marqués Orazio de Atellis di San Ângelo, mason de rito escocês, que se refugiaria em espana em 1821, con los proscritos napolitanos. Frente a La secta de Atellis, estaba la encabezada per el piemontes Luigi Angeloni, de tendencia republicana-federativa. Pero, al parecer, el núcleo republicano democrático estaba asilado sobre todo, en Nápoles” (Zavalla, 1971, p. 97).

43 Ibidem, idem.

Contudo, a carbonaria organizou o primeiro levante com características federais⁴⁴. A revolução napolitana foi liderada pelo general Pepe⁴⁵, que tentou valer-se dos sucessos no levante espanhol para as reivindicações, no entanto, com a dissidência siciliana, os liberais foram aniquilados pelo exército austríaco⁴⁶.

A segunda tentativa de libertar a Itália da estrutura conservadora do regime dos reis aconteceu em 1831. Dez anos depois do primeiro levante. Algumas características foram modificadas, resultado do aprendizado com a experiência anterior, no entanto ainda não foi nessa ocasião que o projeto republicano de unificação nacional triunfou.

Movido pelo sucesso da Revolução Francesa de 1830, o comitê da emancipação italiana realizou uma grande campanha⁴⁷, os liberais se rebelaram em Módena, a revolta se estendeu à Bolonha, destituindo a autoridade pontifícia. Em fevereiro de 1831 foram proclamadas as Províncias Unidas da Itália Central. A proposta de formação de um governo provisório, formada basicamente por moderados, continha traços do liberalismo político, quando defende a divisão dos poderes no novo governo que pretendiam formar.

No entanto, o distanciamento da população, aliado às diferenças internas acarretaram na supressão novamente do governo provisório que nem bem havia se estruturado. A carbonária⁴⁸ e outras tantas sociedades secretas pós 1831, começaram a dar lugar a um projeto mais sólido que estivesse verdadeiramente disposto a derrubar os príncipes e duques do poder e que tirasse a igreja do comando da política nas províncias centrais.

É, em especial, a partir desta data que a Europa passa a vivenciar o “princípio das Nacionalidades”, fator anteriormente apresentado como construção do romantismo, passando por alterações em relação ao projeto de 1789.

⁴⁴ In “*L’unità D’Itália, mostra histórica*”, Torino, palazzo carignano, maggio – ottobre 1961, p. 23.

⁴⁵ Droz. Op.Cit, p. 176.

⁴⁶ Ibidem, p. 177. Também são da mesma época os levantes piemonteses, conduzidos por antigos soldados de Napoleão. Os liberais contaram com o apoio do príncipe Carlos Alberto, que encarnava uma certa imagem jacobina, no entanto, segundo o autor: “Carlos Alberto, cuya compleja psicología estaba hecha de contrastes y ensombrecida por la hipocondria romántica, desempeño un doble juego y, al parecer, se aproximó a los contrarrevolucionarios. A consecuencia de ello, los austríacos restablecieron el *Ancien Regime* (1821) sin la menor dificultad” (Ibidem, idem)

⁴⁷ Ibidem, idem.

⁴⁸ Mesmo perdendo espaço para a nova congregação que vinha sendo fundada, é importante observar a importância da carbonaria. A *carbonaria* fora a primeira escola política dos responsáveis pela unificação do território italiano no *Risorgimento*. Os personagens europeus que estão ligados à Revolução Farroupilha no Rio Grande do sul fizeram parte da congregação carbonária. Antes de Mazzini fundar a “*Giovine Itália*”, foi membro da sociedade secreta, também o conde Tito Lívio Zambeccari, primeiro secretário de Bento Gonçalves e exilado na América por conta de suas atividades políticas ilegais. O mesmo aconteceu com Luigi Rosseti, editor do Jornal “O Povo!”, membro da *carbonaria* italiana, também isolado no Rio de Janeiro por volta de 1832, com Gian Batiste Cuneo, marinheiro italiano que fazia a troca de cartas de Mazzini aos companheiros exilados no Brasil e no Uruguai.

O militante mais representativo do levante de 1831 para a história italiana fora o genovês Giuseppe Mazzini⁴⁹, ao fundar, no exílio, uma organização que se propunha a lutar pela unificação do território contra a presença de dominadores estrangeiros e contra os desejos individualistas da burguesia. A característica fundamental no início da *Giovine Itália* é uma dura revisão das lutas e das táticas usadas para conquistar a república italiana. Condena a falta de programa da carbonaria⁵⁰, embora acabasse recorrendo aos mesmos métodos⁵¹. Mesmo assim deixa claro em seu primeiro manifesto suas diferenças:

Qualunque, individuo o associazione, si colloca iniziatore d'un movimento nella nazione, deve sapere a che tende il mutamento ch'ei provoca. Qualunque presume chiamare il popolo all'armi, deve potergli direi l'perché. Qualunque imprende un'opera rigeneratrice, deve avere una credenza: s'ei non l'há, è fautore di torbidi e nulla più; promotore d'un anarchia alla quale ei non há modo d'imporre rimedi e termine. Né il popolo si leva mai per combattere quand'egli ignora il premio della vittoria (MAZZINI, Giuseppe, Istruzione generale per affiliate de la Giovine Itália, In: LEPRE, Aurélio. *Il Risorgimento*. Torino : Loescher, 1978, p. 80).

A visão espiritualizada estava bastante próxima ao romantismo que circulava na Europa, segundo Scheidt:

Neste sentido, Mazzini, bastante afinado com a atmosfera romântica da época, desejava uma associação entre iguais e criticava o culto excessivo ao individualismo, praticado pelos liberais. Segundo o autor, tal prática fomentava o egoísmo humano. O italiano ainda justifica esta associação igualitária entre os homens como “vontade divina” e único meio de se chegar ao progresso. Segundo seu ponto de vista, Deus criara todos os homens livres e iguais, sendo Sua vontade que estes se constituíssem em nações. Com este entendimento, Mazzini considerava a construção das nações como uma “missão divina”, a ser realizada pelos homens. (SCHEIDT, Eduardo. Op. Cit. P. 107).

Embora a idealização mazziniana seja muito radical para boa parte da burguesia da época, as propostas mais moderadas da Carbonaria de apenas expulsar os exércitos estrangeiros do território são rechaçadas. Aos poucos toma corpo a idéia de uma Itália unificada e republicana. Para Droz, a principal contribuição de Mazzini será a construção de uma imagem da nação italiana, nas suas palavras:

⁴⁹ “Nascido em 22 de maio de 1805 na cidade de Genova, Giuseppe Mazzini era o terceiro filho de uma família de três irmãos”. No ano de 1820 ingressa na Universidade de Gênova (na Faculdade de Medicina, que troca por Direito). Em 1827, depois de formado, ingressa na Sociedade Carbonária. Em 1830 é preso por participar de atividade política ilegal, na Fortaleza de Sabóia. Absolvido por falta de provas, parte para o exílio em Marselha, onde, no ano de 1831, funda a *Giovine Itália*, com um programa que proclama liberdade, independência, igualdade e república. (Cronologia completa da vida de Giuseppe Mazzini disponível em: <http://www.webandcad.it/ami/doc.php?id=3>)

⁵⁰ Droz, 1967, p. 17

⁵¹ Ibidem, p. 181.

Esta vision de La futura Itália, por El entusiasmo desinteresado que sucitaba, por El llamamiento dirigido a la nacion entera, em la que debeían fundirse todas lãs clases sociales, forjo uma cierta manera de concebir a Italia, de La ningun italiano despues de Mazzini, há podido hacer abstracción (Droz, ibidem, p. 180)

O programa da *Giovine Italia* concebia a nação como um conjunto de pessoas com igualdade de direitos civis e políticos⁵², o que os diferenciava do resto do princípio das nacionalidades⁵³. A partilha de direitos e deveres constitui assim o principal laço de uma nação.

Ao defender a igualdade social, apartava-se do grupo moderado de liberais⁵⁴, tentando, assim, formular alternativas ao processo de modernização liberal⁵⁵.

Uma república unificada, igualitária, autônoma e fraterna. Esse era o coração da *Giovine Itália*, como está escrito em suas instruções gerais:

Republicana – (...) perchè l’elemento monarchico, non potendo mantenersi a fronte Del l’elemento popolare, trascina La necessita d’um elemento intermediário d’aristocrazia, sorgente d’ineguaglianza e di corruzione all’intera nazione – dalla natura delle cose e da storia è provato Che La monarchia elettiva tende a generar l’anarchia, La monarchia ereditaria a generar il dispotismo – perché, dove La monarchia non s’appoggia, come nel médio-evo, sulla credenza, oggi distrutta, Del diritto divino, riesce vincolo mal fermo d’unità e d’autorità nello stato – perchè La serie progressiva dei mutamenti europei guida inevitabilmente Le società allo stabilimento Del principio repubblicano, e l’inaugurazione Del principio monarchico in Itália trascinerrebbe La necessita d’un’altra rivoluzione tra non molti anni(...) perchè, praticamente, la tradizione italiana è tutta repubblicana: repubblicane de grandi memorie; repubblicano il progresso della nazione, e la monarchia s’introdusse quando cominciava la nostra rovina e là consumo: fu serva continuamente dello straniero, nemica AL popolo all’unità nazionale.

Em resposta aos projetos federativos da burguesia que pretendia garantir sua autonomia de negócios em cada província, Mazzini afirmava:

La giovine Italia è unitária – perche senza unità non v’è veramente nazione – perché senza unità non v’è forza, e l’Italia circondata da nazioni unitarie, potenti e gelose, há bisogno anzi tutto d’essere forte – perchè il federalismo, condannandola all’impotenza della Svizzera, la porrebbe sotto l’influenza necessária d’uma o d’atra delle nazioni vicine – perchè il federalismo, ridando vita alle rivalità locali oggimai spente(...)la giovine Itália non intende Che l’a unità nazionale implichi dispotismo, ma concordia e associazione di tutti, la vita inerente alle località dev’essere liberal e sacra. L’organizzazzone amministrativa dev’esser fatta su larghe basi, e rispettare religiosamente Le liberta di comune; ma l’organizzazzone política destinata a rappresentar la nazione in Europa dev’essere una e centrale. (Mazzini, Giuseppe.

⁵² SCHEIDT, *Representações de nação*..., p. 106.

⁵³ Ibidem, idem.

⁵⁴ Ibidem, p. 108.

⁵⁵ Ibidem, idem.

Instruzione general della “Giovini Italia”. In: LEPRE, Aurélio. Il Risorgimento. Torino: Loescher, 1978, p. 81-82)

Infelizmente a solidez e a determinação de seu programa para a construção de uma nação italiana não eram suficientes para derrubar a monarquia. Mazzini carecia de eficiência prática e a Jovem Itália fracassou em seus levantes⁵⁶.

Mas os princípios que o levaram a organizar seu pensamento, tendo em vista a ação prática, também o levaram à criação da Jovem Europa, que era, na verdade, a reunião da jovem Itália, da jovem Alemanha e da jovem Polônia⁵⁷. O objetivo da organização era levar os princípios republicanos e unitários a todo o velho continente, baseados na máxima:

As concepções de Mazzini já não eram moderadas, e ele lutou pela independência das nações em toda a Europa. Alimentadas por um sentido profundamente religioso⁵⁸ e baseada no princípio de que o homem pode expandir sua personalidade na vida coletiva, o que supera, por um lado, os princípios individualísticos incluídos na Revolução de 1789 e contrapõe o utilitarismo do século XVIII, propondo uma visão inteiramente espiritual e moral da vida.

Os militantes da “Jovem Itália” eram instruídos a engajarem-se em toda a luta contra a tirania pelo mundo, pois assim achavam que estariam se preparando para lutar na unificação de seu país. A visão espiritualista e romântica da organização estava presente em todos os

⁵⁶ Em 1833, Ruffini, membro da Jovem Italia, suicidou-se para escapar da cadeia ao ser descoberto um complô organizado por ele. No ano seguinte, o *putsch* de Sabóia obrigou Garibaldi a fugir de Gênova e ir à América. (Droz, *Europa, restauración... p. 181*). O movimento que garantiu a unificação italiana aparece na história a partir do ano de 1839. O *Risorgimento* superava os movimentos anteriores em amplitude, baseados num resgate histórico de tradições medievais a exemplo do que acontecera com a Alemanha. A entrada do papado numa proposta reformista ajudou na amplitude dessa nova tendência (p. 182). Segundo o autor: “El neoguelfismo fue abrazado por una fració de la nobleza, apegada al nacionalismo, pero que al mismo tiempo temía cualquier commoción revolucionária y que veía em el papado la garantia de la estabilidad de las instituciones politicas y sociales (p. 182).

Finalmente a Itália unificou-se na década de 40, sob a proposta liberal moderada, seguindo em parte a Revolução de Julho em Paris, como afirma Remond: “É sob a égide do liberalismo que a unidade italiana será conseguida. Cavour é um liberal. Em fevereiro de 1848, a monarquia piemontesa se liberalizaria quando Carlos Alberto concede um estatuto constitucional, que é o decalque da Carta revisada em 1830. Pode-se dizer que, em fevereiro de 1848, o Piemonte acerta o passo com a Revolução de Julho de 1830 na França, com uma diferença um tanto comparável à que existe entre os Estados Unidos e a Europa. A vida política piemontesa foi dominada a partir de 1852, pelo que o vocabulário político italiano chama de *connubio*, a união de diferentes frações liberais. De 1852 a 1859, o governo pratica uma política tipicamente liberal, não só no domínio das finanças como também no domínio da religião, com a secularização dos bens das congregações”(Remond, *o século XIX.....*, p. 37)

⁵⁷“5. La riunione delle Congreghe nazionali, o dei delegati d’ogni congrega costituirà la congrega della Giovine Europa”.in : ATTO DI FRATELLANZA DELLA GIOVINE EUROPA, BERNA, 15 APRILE 1834. Ami Books, 2003, (www.Associazionemazziniana.It).

⁵⁸Os princípios religiosos de Mazzini podem ser claramente notados em sua máxima: “Deus, Pátria e Família”. Segundo Droz, “la nacionalidad, es parte que Dios confire a cada pueblo em El trabajo de la humanidad; su misión, la tarea a cumplir sobre la tierra para que El pensamiento de dios pueda realizarse; es la obra que Le da derecho de ciudadanía en la humanidad, El bautismo que le confire sus caracter y le asigna un puesto entre los pueblos, sus hermanos” (Droz, 1967, p. 180).

seus membros que agiram como missionários, nas lutas pela unificação da península italiana, nas revoltas da Prata, na “Jovem Polônia” e na “Jovem Europa”.

No Brasil, a “congregação da Giovine Itália” fora fundada no ano de 1834 na cidade do Rio de Janeiro por Giuseppe Stefano Grondona⁵⁹. Dedicavam-se à educação republicana, era uma organização política frágil, caracterizada por uma ideologia pouco coerente. Segundo Leitman, os pedidos de filiação exigiam um perfil que mesclava pensamentos revolucionários, envolvimento com algum movimento nacionalista europeu e certas características de comportamento pessoal.

Spencer Leitman ainda apresenta um dado interessante: mais da metade dos membros da Jovem Itália presentes no Rio de Janeiro estava envolvido com operações marítimas, estabelecendo redes de informações com companheiros exilados em Buenos Aires e Montevidéu. Foi no Rio de Janeiro⁶⁰ que alguns dos militantes da congregação pediram autorização para ingressar na insurreição farroupilha no Rio Grande do Sul.

Certamente os anseios revolucionários dos militantes da *Giovine* Itália e o fato de estarem em território estranho contribuíram para a filiação voluntarista ao movimento do Rio Grande do Sul. O próximo tópico trata dos esforços brasileiros para a constituição de um Estado Nacional, com seu conjunto de símbolos e a importância do Rio Grande do Sul para este projeto.

1.2) A formação da nação brasileira dentro do novo contexto político do século XIX:

Para a América, a consequência direta da invasão da Península Ibérica por parte das tropas francesas foi a fuga da família real portuguesa para o Brasil. Em 1808 desembarcou em Salvador boa parte da nobreza palaciana de Lisboa. O primeiro efeito dessa fuga foi a promoção do Brasil a vice-reinado e uma série de modernizações na sociedade. O crescimento da vida intelectual no país era notório. Inicialmente com o traslado da biblioteca real de

59 Ver Spencer Leitman no texto “Revolucionários Italianos no Sul do Brasil”. In: *A revolução Farroupilha: história e interpretação*. Mercado Aberto, 1985, pg. 98-109.

60 Os integrantes da Jovem Itália haviam feito algumas manifestações infrutíferas no Porto do Rio de Janeiro, e lá ficaram sabendo dos ocorridos no estado. Com a prisão de Bento Gonçalves e Zambecari no Rio, alguns militantes se apresentaram como membros da organização política Jovem Itália e ofereceram sua dedicação à causa rio-grandense. Foi ainda na prisão que a carta de Corso, em nome da República, foi cedida a Giuseppe Garibaldi.

Lisboa para a nova sede da coroa, mas, sobretudo, pelo funcionamento da imprensa régia, pela circulação de livros importados e pela presença de estrangeiros que chegavam em grande número⁶¹ no Rio de Janeiro. Sendo assim, a circulação de livros importados ventilou no país as idéias políticas que estremeciam a velha Europa.

Foi rápida a presença do rei português Dom João VI no Brasil. Treze anos se passaram desde sua chegada na Bahia até a partida após a morte de sua mãe. No entanto, o liberalismo havia tomado conta da sociedade. Uma espécie de consciência coletiva rondava o Paço Real, embora fosse iminente o desligamento oficial do Brasil de Portugal. A transferência natural do trono para o filho mais velho garantia de certa forma que a dinastia seria mantida.

A presença da família real fez com que a independência fosse idealizada com o intuito de libertar o país dos entraves impostos ao livre comércio⁶². A estrutura colonial como um todo havia sido mantida como herança da corte portuguesa, o que caracterizava a centralização do poder na capital (Rio de Janeiro).

A concepção de nação brasileira do século XIX estará ligada ao movimento europeu, ao menos em suas linhas gerais. A necessidade de constituir um país independente, politicamente forte e sólido é também uma necessidade do Liberalismo, mesmo o aplicado no Brasil, que contém fortes traços do sistema colonial que regeu a sociedade por séculos.

Contudo, o projeto nacional do imperador Dom Pedro I enfrentará problemas, assim como o governo regente, após a abdicação do monarca. A maioria desses conflitos se dará nas regiões periféricas do império. Justamente por estarem fora do coração da jovem nação brasileira que será mais fácil levantar armas.

Dentro da rede que abastece o sistema econômico imperial, a província sulina do império tinha papel fundamental na garantia de alimentação da mão-de-obra dos grandes centros agrícolas do país. A invasão do Uruguai garantia aos produtores de gado da província do Rio Grande do Sul ampla pastagem para as reses. No entanto, desde os tempos da luta pela independência da Espanha, o Uruguai lutava por uma nação soberana e autônoma, não aceitando assim entregar-se ao domínio português.

⁶¹ **HOLANDA**, Sergio Buarque de. *Historia geral da civilização Brasileira, tomo II: o Brasil Monárquico – o processo de emancipação*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1993, p. 153. “comerciantes ingleses, artistas e negociantes franceses, imigrantes suíços, cientistas alemães”

⁶² **PICCOLO**, Helga Iracema Landgraf. *A guerra dos farrapos e a construção do Estado Nacional*, in: FREITAS, Décio. *A revolução farroupilha...*, p. 32. Sobre o processo de independência do país a autora afirma: “a corte portuguesa, ao transferir o centro político para o rio de Janeiro, que afastou a possibilidade e/ou necessidade de uma guerra prolongada para se chegar à independência, guerra que poderia afetar a ordem social vigente”.

Após a campanha da Cisplatina⁶³, as divergências internas do estado português fizeram com que a independência fosse proclamada, mas o projeto do império permaneceu sob o comando de Dom Pedro.

A criação de um projeto constitucional para o recém emancipado país causou tensionamento entre a reunião que proporia a constituição e o imperador. O debate girava em torno das atribuições do poder executivo e legislativo (o que envolvia diretamente os poderes e atribuições do monarca). O resultado foi a dissolução da Assembléia constituinte e a promulgação da constituição em 25 de março de 1824.

Desta constituição é importante destacar o poder moderador, baseado no modelo de Benjamin Constant⁶⁴ e a nomeação, por parte do poder central, dos presidentes das províncias.

Dentro dessa reformulação do império, o quadro estabelecido para as províncias não divergiu do anterior. A gerência administrativa ficava a cargo de um conselho e de um presidente, ambos escolhidos pelo imperador. As mesmas se mantinham sem poder legislativo e não poderiam escolher quem as governaria. Essas medidas estavam em acordo com a Carta Constitucional, criada pelo Conselho de Estado, que definia o Brasil como uma monarquia hereditária, constitucional e representativa.

A partir da abdicação de Dom Pedro, este retorna para Portugal a fim de assumir o trono vago por seu pai falecido, mesmo com as políticas que garantiam mais autonomia para as províncias, e mesmo com a criação das assembleias legislativas, os presidentes das províncias seguiam sendo nomeados pelo poder central. A baixa popularidade dessa forma administrativa só pesa contra os imperiais na balança de desavenças dos rio-grandenses em relação ao poder central.

A derrota na campanha da Cisplatina causou grande descontentamento com a política imperial para a província. Nota-se, no período que precede a Revolução, uma série de

⁶³ Sobre o desfecho da campanha da cisplatina, em 1825 uma rebelião local proclamou independência do Brasil e incorporação da Banda Oriental às Províncias Unidas do Rio da Prata, gerando assim o conflito entre Brasil e Buenos Aires. O desgaste econômico e político foi o resultado mais contundente desta guerra. Um tratado de paz, com intermediação da Inglaterra garantiu a emergência do Uruguai como país livre. Ainda sobre os desfechos da campanha da Cisplatina Boris Fausto coloca: “Internamente, a guerra provocou o impopular e temido recrutamento da população por meio da de método de pura força. O imperador decidiu contratar tropas no exterior para completar as fileiras do exercito. Essas tropas foram em sua maioria formadas por pessoas pobres que nada tinham de militares profissionais, recrutadas na Europa com a perspectiva se tornarem pequenos proprietários no Brasil. Como era de se esperar, em nada contribuíram para fazer pender a guerra em favor do império. Por acréscimo, algumas centenas de mercenários alemães e irlandeses desiludidos se amotinaram no Rio de Janeiro em julho de 1828. a situação se tornou muito grave e o governo viu-se forçado a recorrer à humilhante proteção dos navios franceses e ingleses” (in FAUSTO, Boris, *Historia concisa do Brasil*, São Paulo, EDUSP, 2002; p. 83-84).

⁶⁴ *Ibidem*, p.81.

conflitos com autoridades militares e o entrave das questões administrativas locais, como afirma Piccolo:

No Rio Grande do Sul, as divergências com o presidente continuavam e revelavam um espírito de inquietação e inconformismos. O presidente Manuel Antonio Galvão no seu relatório ao Conselho Geral Provincial de 1 de dezembro de 1832 mostrava a posição delicada em que se encontrava, preso entre as exigências do poder central e os interesses rio-grandenses. É esse presidente que na sua correspondência com o Ministro do Império defendia o ponto de vista de que o tratamento dado ao Rio Grande do Sul pelo governo central depois do 7 de Abril deveria mudar. (Piccolo in Freitas, 1985: p. 47).

Contribuindo para o tensionamento entre o poder central e a província, a situação de disputa entre Lavalleja e Rivera no Uruguai. Ao ser derrotado, Lavalleja instalou sua milícia na fronteira com o Brasil, fazendo uso da boa relação que mantinha com Bento Gonçalves⁶⁵.

A revolta no Rio Grande do Sul tem, em comum com tantas outras que eclodiram durante o poder regencial, a resistência à onda conservadora do período regencial, que se intensificaria a partir de 1837, as discussões ligadas a interesses específicos, ou seja, interesses da elite próxima do centro do império. A particularidade nesse caso é que o governo central era incapaz de compreender os argumentos que levaram os gaúchos ao conflito o que o tornou mais prolongado. A tradição militar da província também contribuiu para que esta contenda se arrastasse por dez anos.

As presenças de várias correntes políticas diferenciadas modificaram profundamente a vida do século XIX. Era claro que, em determinado período, os projetos liberais e nacionalistas triunfariam frente às antigas estruturas. A forma como esta ideologia penetrou, inclusive nas camadas mais poderosas, detentoras do poder econômico, fez com que se tornasse certo seu êxito, tanto nas concepções econômicas quanto na vida política.

Assim, a revolução só se tornou possível graças a uma adaptação de pensamentos liberais, associada à luta pela autonomia local. A forma republicana de governo só era cogitada devido ao seu antagonismo com as formas clássicas de poder da região. Também por ter exemplos claros bastante palpáveis, como a Confederação das Províncias Unidas do Rio da Prata.

O próximo capítulo será dedicado à apreciação de como essas novas idéias do século XIX penetraram na região sulina, quais foram as causas diretas do conflito e, dentro desse ambiente, a circulação de intelectuais estrangeiros influenciando a vida política da região.

⁶⁵ PICCOLO, Op. Cit. P. 49. A relação da província do Rio Grande do Sul com as vizinhas do Rio da Prata é tão estreita que, quando eclodiu a Guerra Grande, em 1843, o Duque de Caxias buscava chegar a um acordo com os Farrapos buscando através destes um apoio contra as forças de Rosas e Oribe. (p. 51).

II - As adaptações ideológicas: o liberalismo, o Nacionalismo e o Republicanismo no Rio Grande do Sul:

O período conhecido como regencial no Brasil ficou marcado por um conjunto de revoltas que tomaram conta das províncias mais distantes do poder central em meados de 1830⁶⁶. Conhecidas, como Revoltas Regências tinham como característica em comum a intenção de apartar-se do resto do império, formando governos independentes. Algumas destas revoltas estavam baseadas em um debate político bem estabelecido a respeito de um projeto republicano para o Brasil. A influência de pensadores estrangeiros e de idéias liberais causou grande choque com as tradicionais elites locais destas províncias, mesmo por que, em muitas destas revoltas, eram as próprias elites que entraram em conflito em busca de benefícios para si próprias, voltando-se contra o império se fosse preciso⁶⁷.

Dentre elas, a mais duradoura foi, sem dúvida, a Revolução Farroupilha. O conflito durou dez anos e mobilizou milhares de pessoas na província, tanto por parte dos rebeldes como por parte do império. Foi uma guerra que contou com enfrentamentos em campo aberto, guerrilhas dispersas, combates navais e, principalmente, debates políticos. A província mergulhara na disputa Império versus República, Unitarismo versus Federação, entre outro

⁶⁶Á década de 1830 a 1840 foi marcada na Europa pela onda de liberalismo, pelos movimentos de caráter nacionalista. No Brasil, a abdicação do imperador, a regência durante a menor idade do substituto e as reformas administrativas aprovadas dia sete de abril de 1835 dão o contexto de eclosão das idéias liberais no império e dos descontentamentos com o poder imperial.

⁶⁷Foram estas: Cabanagem paraense, da Sabinada em Salvador, da Balaiada do Maranhão e da Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul. No as idéias e concepções políticas que fizeram os sulinos voltarem-se contra o império. caso da Sabinada, da Cabanagem e da Balaiada, contou com forte participação popular, no entanto não duraram mais de um a dois anos. A Farroupilha no sul do Brasil foi a única que se arrastou por um longo período de tempo e, devido a isso, possui uma série de documentos passíveis de serem analisados, em especial sobre.

debates de projeto nacional. O choque entre os novos pensamentos políticos e as velhas estruturas coloniais marcou a definição ideológica do conflito. Os próprios insurgentes divergiam sobre esses temas sem nunca sequer entrarem em acordo, mesmo depois de terem proclamado a República autônoma na província.

A guerra fora causada por um conjunto de descontentamentos. As divergências políticas com os representantes escolhidos pela coroa, casada com problemas de ordem econômica (a taxaço do sal uruguaio e a abertura do mercado de charque oriental para o Brasil) abriu olhares para as interpretações acerca do liberalismo econômico⁶⁸, tanto por parte do sul do país como do poder central. Essa foi a oportunidade dos pensadores difundirem suas idéias e opiniões, procurando adeptos entre os descontentes com as políticas do regente do trono e do governador da província.

Enquanto pensamento social, a palavra liberal e liberalismo, não possuem homogeneidade de manifestação. Segundo o dicionário de ciência política de Norberto Bobbio⁶⁹, assume diferentes conotações conforme cada país. A diferenciação do Liberalismo continental do inglês foi provocada pelos diferentes contextos de atuação, podendo ser diferenciadas como *liberalismo ético* e *Liberalismo utilitarista*⁷⁰. Este último prega os interesses particulares e busca fazer coincidir a necessidade particular com a pública⁷¹

Segundo Pesavento⁷², o termo diz respeito a interesses específicos de um grupo. Se, por um lado, pressupõe liberdade e igualdade de oportunidade entre os homens e, enquanto ideologia, se apresenta com foros de universalidade, por outro, esse discurso mascara seu conteúdo de preservação do domínio burguês. No caso brasileiro, a elite econômica assimilou aqueles elementos que atendiam suas reivindicações mais imediatas, ou seja, a liberdade de comércio, o rompimento dos antigos monopólios coloniais, enquanto que sua contrapartida política era entregar o poder aos grandes proprietários rurais, assim, para Pesavento:

“Na Europa, o Liberalismo tinha o significado de responder às exigências de uma nova classe e consolidação do modo capitalista de produção. Para o Brasil, o processo de independência implicava a permanência do mesmo grupo e dos mesmos interesses como

⁶⁸Durante o período de antecede o conflito, as cartas ao imperador e as petições ao presidente da província versam sobre o protecionismo aos produtos brasileiros e à necessidade de incentivar as indústrias locais. Pelo lado das províncias centrais a definição.

⁶⁹BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília, Editora Universidade, 1983.

⁷⁰ Ibidem, p. 689. Segundo o dicionário, o liberalismo ético encontra suas razões em Kant e Benjamin Constant, e o utilitarista seria baseado na obra de Hobbes.

⁷¹Ibidem, idem. O exemplo: as teorias de Adam Smith e Ricardo que buscam ampliar o cálculo utilitário ao maior número de pessoas e tornaria os governantes dependentes das leis de mercado.

⁷² PESAVENTO, Sandra Jathay. “Farrapos, Liberalismo e Ideologia”. In: FREITAS, Décio, “A Revolução Farrroupilha – História e Interpretação”. Mercado Aberto, Porto Alegre, 1985. Pg. 5 a 29.

predominantes internos na sociedade, o que implicava a impraticabilidade de uma” mudança liberal “por completo da sociedade”(Pesavento, 1985: p. 20).

No século XIX, a atividade econômica essencial para os gaúchos era a produção de charque para a escravaria nacional, o que tornava a economia gaúcha dependente do centro do país. Este por sua vez tinha sua produção dependente do mercado internacional. Numa relação de prioridades, os produtores do café detinham a preferência aos charqueadores rio-grandenses nas políticas econômicas do país.

Essa preferência na definição econômica explica a política alfandegária discriminada do império. Se por um lado, os compradores do charque se interessam por um produto barato, o que significava baixas tarifas alfandegárias para a entrada do concorrente platino, por outro lado, a alfândega era a principal fonte de renda da Monarquia. Assim, ao mesmo tempo em que adotaram baixas tarifas para produtos estrangeiros, também, alguns insumos básicos, como o sal de Cádiz⁷³, foram sobre taxados. Essa atitude prejudicava duplamente os charqueadores primeiro, enfrentando os baixos preços dos vizinhos concorrentes e, posteriormente, pagando mais caro o sal para a sua produção.

Assim, a assimilação do liberalismo enquanto ideologia no Brasil, não passava de uma adaptação às necessidades mais imediatas, ou seja, a liberdade de comércio, a baixa taxa para produtos de necessidade na produção cafeeira e a alta taxa para aqueles que causam concorrência com produtos nacionais. No entanto, essa definição não é só válida para a oligarquia central, as elites locais também buscavam suas reivindicações, mas, nas províncias do império, elas também estavam atreladas a interesses específicos, o liberalismo não foi assumido em todas suas propostas, um exemplo clássico é a manutenção da mão-de-obra escrava como base da economia nacional.

Associado ao liberalismo, como ocorrera em muitas nações da Europa, o pensamento Republicano estava em fase de consolidação no Brasil. Organizações políticas, lojas maçônicas e algumas publicações independentes começavam a se organizar durante a partida do imperador para Portugal. Durante o período de revoltas, as províncias do Pará, da Bahia e do Rio Grande do Sul proclamaram independência do poder central e, no caso do Rio Grande do Sul, essa independência foi proclamada juntamente com a adoção do sistema republicano de governo⁷⁴.

⁷³Comprado pelos charqueadores gaúchos, devido seu baixo custo. Ver Pesavento 1985.

⁷⁴O caso do Rio Grande do Sul por que é a resistência mais duradoura ao império, por isto somente ela foi citado no presente estudo.

Desde a década de 20 do século XIX, lojas maçônicas, jornais de iniciativa pessoal e pequenos grupos de debate agiam de forma discreta no Rio Grande do Sul. Segundo Morivalde Calvet Fagundes⁷⁵, desde o ano de 1828 já havia eleitorado republicano em Porto Alegre. Os irmãos Calvet publicavam, no ano de 1832, o “*Recompilador Liberal*”, com a contribuição do Conde Lívio Zambeccari⁷⁶. A dita publicação defendia a “Federação Republicana”. Segundo o mesmo autor, João Manuel de Lima e Silva⁷⁷ seria um dos principais difusores destas idéias, quando montou em sua própria casa o Jornal “*O Continentino*”, a publicação circulou de 1831 a 1833 e é apontada como uma das principais referências para os partidários da republica no sul do país.

Estas publicações autônomas divergiam pelo modelo a ser adotada. A República federativa era a alternativa mais cotada, Zambeccari era um de seus defensores e, em meados de 1830, era muito forte a influência da constituição dos Estados Unidos sobre as antigas colônias da América⁷⁸.

No entanto, mesmo que já houvesse partidários deste sistema na província anterior à revolução, este não era o desejo de muitos dos rebeldes, que reivindicavam apenas que seus interesses fossem atendidos e que não sofressem repressão do exército imperial. Segundo alguns pesquisadores⁷⁹ a Republica Rio-Grandense foi proclamada devido à falta de alternativas entre os rebeldes. Com o líder da rebelião preso e uma importante vitória militar, o sentimento de independência e autonomia havia tomado conta das tropas, assim sendo a

⁷⁵FAGUNDES, Morivalde Calvet. “*História da Revolução Farroupilha*”. Porto Alegre, 1985, Corag. P.150

⁷⁶Tito Lívio Zambeccari, embora não tenha sido discípulo direto de Mazzini, tem importância fundamental para a difusão do pensamento republicano Liberal na Província. Zambeccari chegou a Porto Alegre no ano de 1831, fugido da Europa por suas atividades no ano de 1821, Antes de fixar-se na capital esteve no Uruguai a serviço de Lavalleya e em Buenos Aires contra Rosas. Difundiu, como redator do *Recompilador liberal* e do *Republicano*, as idéias republicanas pelas quais vinha a anos lutando. (In: BERNARDI, Mansueto. “*Os italianos e a Republica de Piratini*”. In: *Correio do Povo*, 20 de setembro de 1935, p. 12)

⁷⁷ Natural do Rio de Janeiro, o general Lima e Silva estava instalado no Rio Grande do Sul desde a guerra da Cisplatina, desde muito novo era adepto de idéias liberais, no ano de 1835, quando eclodiu a revolução estava sob o comando do 8º batalhão, nas missões, logo se pôs à serviço da rebelião. Morreu assassinado nas cercanias de São Borja em 1839. (In: ROSA, Othello. *vultos da epopéia farroupilha*. Ed. Livraria do Globo, Porto Alegre, 1930, p. 84-91;

⁷⁸“O federalista”, textos dos constituintes norte-americanos esta presente em muitos trechos destes periódicos, inclusive do jornal “O povo”, alguns textos sobre a democracia na América foram transcritos na íntegra nestes jornais. Muitos dos Republicanos europeus também viam a constituição dos Estados Unidos como o Modelo mais acabado de Republica, como foi o caso do presidente La Fayette da França em 1830.

⁷⁹O trabalho de Mansueto Bernardi afirma que: com o chefe da revolução Preso e uma vitória importante do general Neto, levaram quase que por instinto este a proclamar a república. (BERNARDI. Op. Cit. p. 153-154). Ainda sobre este tema, o trabalho de Moacir Flores (FLORES, Moacir. *o modelo político dos farrapos*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985) traz em um dos seus capítulos (6. A república rio-grandense) um rápido histórico de autores que defenderam a tese de que a republica fora uma consequência dos combates e da falta de diálogo com o império: Ramiro Barcelos, Walter Spalding além do próprio Bernardi são alguns deles.

proclamação da República acabara sendo uma solução pontual para redefinir o conflito e, posteriormente, se torna um debate de proposição política⁸⁰.

Adicionado à disputa republicana na província, vem a dicotomia unitarismo versus federação. A vitória do ideal federativo parece ter sido, na análise de Pesavento⁸¹, uma alternativa de diálogo diplomático com as outras províncias e, também com as outras nações da bacia do Prata, como também mantendo uma janela de negociação aberta com as forças imperiais.

Quando o Jornal “O Povo”⁸² começou a ser publicado, ou quando a frota naval farroupilha já havia sido constituída, os princípios políticos de ambos os movimentos (Jovem Itália e rebeldes da província), não estavam em desacordo, afinal havia muitos partidários da república (mesmo sendo um assunto polêmico para os comandantes da rebelião). A federação não feriria tanto os princípios unitários dos militantes italianos, pois, a formação política carbonária acarretava a união de posições diferenciadas num mesmo grupo, como era o caso de Rossetti que aderira ao movimento de Mazzini, que também como aquele provinha da organização secreta. Por outro lado, a própria proclamação da república se apresenta como indício de um campo promissor à Revolução Liberal⁸³. O debate em torno do federalismo, que no momento de sua proposição, não pareceu ser tão radical assim, sempre estará atrelado à opção republicana. Mesmo em 1831 quando a República apenas era uma manifestação sem corpo para os editores do “*O Continentino*”, a proposta de Federação estava vinculada a esse projeto.

A pergunta que este trabalho pretende responder é: para quem este discurso republicano estava sendo dirigido? Quem eram os cidadãos da *República Rio-Grandense*? E como estas questões foram apresentadas na publicação oficial dos Farroupilha, que era editada por um ex carbonário, integrante da “Jovem Itália”.

⁸⁰Nas correspondências entre os comandantes da Rebelião podemos notar a presença deste debate, como em correspondência ao Governador Soares Andréa quando Bento Afirma que “não tina interesses de se apartar da comunhão nacional, no entanto a repressão dos atos do governador da província fizera inevitável a atitude” – Bento Gonçalves em carta a Soares Andréa In: Coletânea de Documentos de Bento Gonçalves da Silva AHRs

⁸¹Pesavento, Op. Cit. p. 22.

⁸²*O Povo: Jornal político literário e ministerial da república rio-grandense*. Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Documentos interessantes para o estudo da grande revolução de 1835-1845. Porto Alegre: Dep. de História Nacional, 1930. 2 v.

⁸³Leitman argumenta em seu estudo que os Italianos tinham esperanças que o Rio Grande do Sul Libertasse a América Lusa das garras do império. Assim, Rossetti, Cuneo e Garibaldi estariam mais interessados em uma guerra de independência nacional do que o estabelecimento de uma república unitária fechada nos limites geográficos da Província de São Pedro.

Antes de tentar estes esclarecimentos cabe colocar uma mostra dos trabalhos que até hoje foram apresentados na historiografia local relacionando ambas correntes políticas para conhecimento da produção a respeito do tema.

2.1 Revisão Bibliográfica a respeito da historiografia local na Relação entre a Jovem Itália e a Revolução Farroupilha:

Dentro dos diversos tipos de trabalhos da historiografia da Revolução Farroupilha, muitos têm como tema as influências do grupo italiano carbonário e de membros da Jovem Itália no conflito. Em boa parte deles, o enfoque principal é dado ao personagem de Guissepe Garibaldi⁸⁴. Por se tratar de uma figura de repercussão internacional é tema predileto daqueles que costumam escrever sobre o assunto. Outros textos buscam uma revisão acerca das idéias políticas desses europeus exilados e como elas se aproximavam, ou não, do pensamento político dos farroupilhas.

Alguns temas tratados seriam: a importância estratégica e militar da frota naval para os rebeldes, a recepção ou não das idéias de Mazzini no movimento farroupilha, a importância de Luigi Rossetti como editor do periódico “O Povo” e como atuante na administração de Santa Catarina. Esses últimos são os temas de maior relevância para esta pesquisa, pois se trata de um trabalho acerca das idéias e dos conceitos presentes no jornal acima citado.

Entre esses trabalhos posso citar o capítulo “Os Italianos e a Republica de Piratini”⁸⁵, de Mansueto Bernardi; “Influências do *Risorgimento* na revolução Farroupilha”, do livro “O modelo político dos farrapos” de Moacir Flores⁸⁶ e o trabalho de Spencer Leitman⁸⁷ sobre os revolucionários italianos no sul do Brasil. Ambos os artigos tratam do tema abordado sob um ponto de vista do pensamento ideológico que aproxima o movimento farroupilha do movimento de emancipação europeu.

⁸⁴Desde o fim de sua vida, na Itália, uma série de escritores têm se dedicado a realizar uma biografia de Garibaldi, principalmente enfocando o fato de o mesmo ser um “Herói de dois mundos”, como ficou conhecido, por lutar na Revolução Farroupilha e, posteriormente ser de grande valia para a Unificação da Itália. Entre os autores posso citar: Alexandre Dumas, Lindolfo Collor e o próprio companheiro de luta de Garibaldi, Cuneo.

⁸⁵BERNARDI, Mansueto. “*Os italianos e a Republica de Piratini*”. In: Correio do Povo, 20 de setembro de 1935, p.24.

⁸⁶FLORES, Moacyr. *Influencia do Risorgimento na revolução farroupilha*. In: O modelo político dos Farrapos, Mercado Aberto, 1978. Pg. 47 a 66.

⁸⁷LEITMAN, Spencer. Revolucionários Italianos no Império do Brasil. In: FREITAS, Décio (org.) A Revolução Farroupilha: Historiografia e Interpretação, Porto Alegre, Mercado Aberto 1985.

Um dos primeiros autores a estabelecer a relação Jovem Itália e Revolução Farroupilha foi o historiador Mansueto Bernardi, em seu texto “Os italianos e a República de Piratini”. O texto de Bernardi é bastante descritivo e apenas aponta onde poderíamos encontrar influências da Jovem Itália, como as citações do jornal “O Povo” e a divisa “*Liberdade, Igualdade e Humanidade*”. E as diversas citações do jornal que dizem respeito à militância italiana.

Bernardi, no entanto, limita-se a verificar essa presença, sem sequer questionar essa ligação. Deve-se levar em conta que a estrutura do texto distribui os grandes personagens italianos no conflito, Rossetti, Zambeccari, Garibaldi, etc. Para o autor, a ligação de Rossetti com a Jovem Itália é suficiente para explicar uma série de textos e artigos no periódico, sem estabelecer uma aproximação ou não com o modelo farroupilha. Já quanto à difusão do pensamento republicano, coloca como fundamental o papel de Zambeccari na redação do “Continentino”, afirmado ser o conde italiano uma das peças-chaves para difusão das idéias liberais republicanas na província.

O livro de Moacir Flores, como um todo, aborda a revolução farroupilha sob os aspectos políticos, o velho debate a respeito da rivalidade federação versus República unificada e as diversas formas de recepção e adaptação do pensamento liberal no período. No entanto, o capítulo a respeito dos militantes da Jovem Itália, onde poderia constar uma análise do periódico aqui trabalhado, acaba sendo uma fonte de informações bastante imprecisas a respeito do tema.

O título do capítulo já revela uma diferença, “*As influências do Risorgimento na Revolução Farroupilha*”. *Risorgimento* é o nome dado ao movimento surgido pós 1840⁸⁸ como alternativa ao fracasso dos projetos da Jovem Itália. No decorrer do capítulo há uma divisão por personagem de vulto nessa empreitada, ou seja, Zambeccari, Rossetti, Garibaldi, de forma semelhante ao texto de Bernardi e Leitman. No entanto, Flores busca em Rossetti e Zambeccari as possíveis influências no pensamento político da Revolução, já que se trata de dois militantes bastante ligados às atividades intelectuais.

O autor realiza uma leitura errônea do texto de Mansueto Bernardi, ao afirmar que o autor doa a Zambeccari o papel de difusor das idéias republicanas entre os rebeldes, contrapondo a isso a loja maçônica de Porto Alegre, onde as idéias liberal-republicanas já

⁸⁸Jacques Droz data a primeira fase do *Risorgimento* no ano de 1846, um ano depois da assinatura do tratado de Ponche Verde que estabeleceu a paz no estado. (Droz, *Europa restauración y.....*p. 180)

circulavam há tempo. O que Bernardi afirma em seu texto apenas a ligação de Zambecari com o jornal “O Continentino”⁸⁹ que difundia estas idéias na província.

Porém, é dentro do texto dedicado a Luigi Rossetti que há a grande identificação de possíveis influências das idéias Mazzinianas, pois Rossetti fora o editor do primeiro jornal oficial da Republica Rio-Grandense. Coloca também que, devido à frase no dístico do jornal ser de Filippo Buonarroti, integrante da Jovem Itália, muitos pesquisadores pensaram que o conflito estaria ligado à organização européia. Como contrapartida Flores afirma que: as idéias republicanas já existiam na região (retomando os trabalhos de Bernardi e Calvet Fagundes) antes de Mazzini fundar sua organização, e eram distintos do modelo defendido pela mesma. Para Flores:

“A idéia de democracia é confundida com a idéia de república, o governo não seria mais hereditário, mas eleito por determinadas classes, que assim exerceriam o poder, numa adaptação do conceito francês de democracia esquecendo a plebe, com se nos decretos e projetos da constituição da república Rio-grandense. O liberalismo dos farroupilhas era individualista e em função de uma elite, conceito este combatido por Mazzini e também por Rossetti” (Flores, 1985: p. 59)

Essa afirmação é pertinente ao pensarmos de forma comparada o projeto farroupilha com as idéias de Mazzini, porém, cabe esclarecer que, a comparação está sendo feita entre o que se pode interpretar das atitudes políticas dos farroupilhas e as idéias de Mazzini em seus escritos “Deveres do Homem”⁹⁰. Esta obra foi lançada no ano de 1860, posterior ao Risorgimento e ao fim da revolução no sul do Brasil e consiste em um panfleto que é dirigido aos trabalhadores da Europa, principalmente da Itália e trata-se de uma reflexão a respeito dos quase 40 anos de lutas políticas do filósofo italiano.

“Quanto ao jornal, Flores coloca como praticamente nula a influência dos escritos de Rossetti na concepção de governo farroupilha e ainda afirma que: “os liberais desejavam o sistema federativo e não queriam a participação do povo no governo”⁹¹.

É possível questionar esta afirmativa, pois, dentro do conjunto da publicação é bastante expressivo o modelo político dos farroupilhas, os diversos artigos, textos e proclamações dão o rumo ideológico que a revolução pretende: direito à propriedade, as desavenças com o poder central, a proposta republicana (não sem antes um fervoroso debate interno a respeito da forma de governo a adotar) entre outros escritos políticos, todos

⁸⁹ Periódico que circulou até o ano de 1833. Tinha como proposta fundamental difundir as idéias Republicanas na Província. Estavam diretamente ligados ao jornal: o conde Tito Lívio Zambecari e João Manuel de Lima e Silva (In: FAGUNDES, Op. cit., p. 151).

⁹⁰ Giuseppe Mazzini, *Deveres do Homem*, Londres, 1960.

⁹¹ Flores, modelo político... p. 63.

assinados pelo editor. Ou seja, Rossetti também compartilhava, ou adaptaria sua visão, de muitas das opiniões dos rebelados do sul.

No ano de 1976, Spencer L. Leitman escreveu o trabalho: “Revolucionários Italianos no Império do Brasil”. Pode-se afirmar que, desde os primeiros textos, é o autor que busca um olhar mais preciso a respeito da presença desses italianos no conflito, estabelece inclusive uma rede de relações que vai do Rio de Janeiro até Montevidéu, onde poderemos encontrar a presença desses personagens.

O texto de Leitman aborda de forma diferenciada a presença de italianos no sul do Brasil. Instalados principalmente no Rio de Janeiro e funcionando como organização política, os integrantes da Jovem Itália dedicavam-se ao debate interno e à publicação de panfletos, eram em sua maioria internacionalista e defendiam a guerra de expansão⁹². É com a chegada de Garibaldi que as práticas militares começam a aparecer entre esses integrantes. Todavia a “*congrega da Giovine Itália*” fora uma organização política frágil no Brasil e mostrava claramente sua ligação com o movimento carbonário de cerca de 1820.

Leitman busca responder como e por que essas pessoas vieram parar na América do Sul (havia militantes da Jovem Itália no Brasil, na Argentina e no Uruguai) e como interagiram entre si. Nesta época a Jovem Itália buscava ganhar apoio político de marinheiros sardos independentes e, posteriormente, usava-os para fluxo de informações e transporte de exilados.

Quanto às concepções políticas, não diferente dos outros autores Rossetti é apontado como a principal fonte, de onde se podem extrair as informações a respeito das divergências e similaridades de projetos políticos entre a Revolução Farroupilha e a Jovem Itália.

Segundo Leitman, Rossetti pensava que: “os gaúchos eram o ingrediente heróico necessário para redimir os defeitos de um exército pobrementemente equipado”⁹³. Contrapõe afirmando que seus pontos de vista não eram próximos dos chefes farroupilhas, concordava com a guerra, mas achava impossível levar os gaúchos a um conflito de paixões nacionais. Afirmava que o conteúdo social da revolução era mais resultado das necessidades da guerra e da coesão das tropas do que a conversão política dos caudilhos.

O historiador faz observações bastante contundentes a respeito do choque entre as diferentes concepções envolvidas, italianos e farroupilhas, como o desgaste que Rossetti

⁹²Leitman afirma que a “Giovanni Itália” defendia a expansão das idéias liberais Republicanas em todas as nações do mundo, por meio de guerras de libertação, a exemplo do seu líder que lutava na independência da Polônia e da Itália, fundou a “Jovem Europa” à qual se agregou a jovem Itália em defesa da sua causa em todo o continente.

⁹³Leitman, Idem.

sofrera ao entrar em constante confronto com os líderes do levante, a insistente afirmação de que a população deveria receber uma educação Republicana por parte do diretório revolucionário.

Para Leitman, o fato de os farroupilhas não considerarem o movimento como de cunho social contribuía para este distanciamento entre as duas concepções conflitantes. No entanto, não faz uso do periódico que pretendo analisar como fonte principal desta sobreposição. As fontes usadas por Leitman são cartas, destinadas principalmente a Cuneo, Domingos José de Almeida e Bento Gonçalves, onde os anseios pessoais e as pretensões de governo e nação são claramente expostos. Também é enfatizado o fracasso da campanha em Santa Catarina, que estava sob comando do general Canabarro e assessorada por Rossetti, essa derrota influenciou a decepção do italiano.

No entanto, embora todos os autores acima citados tratem de alguma forma da combinação Italianos / “Jovem Itália” mais Jornal “O Povo”, não são comparados no corpo do texto do periódico, a presença ou não dos termos e concepções dos farroupilhas com a congregação européia. Os trabalhos estão limitados a apenas identificar ou constatar que havia ou não uma influência. Partindo da obra de Bernardi, o ideal republicano já vinha criando raízes antes de 35. Alguns artigos do Jornal são clássicos para citação, como o Prospecto do Jornal, o Manifesto de Bento Gonçalves à República e a edição V, o artigo intitulado “O Povo! O Povo!”, extraído da Jovem Itália, que Flores erroneamente atribui a Rossetti.

Esses textos são utilizados para comparação com outras fontes, cartas pessoais, por exemplo, e, no caso do trabalho de Flores, servem para constatar a incompatibilidade do pensamento dos Utópicos Italianos como os práticos senhores de estância Rio-Grandenses. Contudo, quanto a uma análise específica da presença desses termos políticos na publicação, não há trabalhos que versem sobre como a **República** (De forma ampla como modelo de progresso político), e, principalmente, o “**Povo**” fora representado na publicação. Também como, tendo em vista o leitor de forma geral, esse discurso foi adaptado, transformando a insurreição do sul do império em uma questão de princípios universais.

Outro trabalho bastante inovador ao tratar da presença destes periodistas italianos é dos jornalistas Carlos Reverbel e Elmar Bones⁹⁴, antes mesmo dos pesquisadores da área de história novamente se interessarem pelo periódico, este trabalho foi publicado.

Fazendo bom uso das cartas remetidas por Rossetti, buscam apresentar de forma clara o debate que girava em torno da publicação. Embora o trabalho não apresente novas

⁹⁴ REVERBEL, Carlos & BONES, Elmar. *Luiz Rossetti: O Editor sem Rosto e outros aspectos da imprensa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre L&PM. 1996.

conclusões a respeito do assunto, é um estudo relevante pelo tratamento que dá à correspondência particular do italiano. No entanto, não há uma problematização dos textos no sentido historiográfico, ou seja, na busca pelas tensões intrínsecas às palavras publicadas no periódico.

No ano de 2004, foi defendida na Universidade de São Paulo a tese de doutorado: *As representações de nação nas províncias do Prata por periodistas italianos*. De autoria de Eduardo Scheidt, o trabalho tem como objetivo identificar as diversas formas como a nação era representada nos periódicos dirigidos por italianos ligados ao movimento de Mazzini. Tendo como aporte a teoria da circularidade de culturas do historiador italiano Carlos Ginzburg, Scheidt realiza um estudo detalhado de três personagens que estiveram envolvidos na vida política da região: Pedro de Angelis, Gian Batiste Cuneo e Luigi Rossetti.

Por estar ligado a uma nova fase de pesquisas, principalmente fazendo uso da fonte jornalística, e por ter desfrutado de uma ampla bibliografia de apoio o trabalho mostra-se bastante esclarecedor da presença destes revolucionários na região e busca uma melhor percepção da influência das idéias de Giuseppe Mazzini nos conflitos.

No capítulo dedicado à análise do *O Povo*, são apresentados alguns novos dados, anteriormente desconhecidos. Como a autoria de alguns dos principais artigos e editoriais. Também, anteriormente a esta pesquisa, não era devidamente mensurada a importância de Cuneo para a publicação, visto que este atuava na cidade de Montevidéu. Cuneo, além de ser o líder dos italianos no Sul, contribuiu com vários artigos para o veículo de comunicação dos rebeldes rio-grandenses, o próprio prospecto do jornal seria escrito na capital Uruguaia e enviado por carta à Rossetti para sua publicação.

Também a presença do segundo editor italiano, pós desligamento de Rossetti, é um dado recente, apresentado por Scheidt⁹⁵.

Quanto ao papel de Rossetti, são verificadas duas fases na escrita do jornal. A primeira abarca o início da publicação, onde um discurso mais agressivo e doutrinário é empregado. São nos primeiros números que serão editados escritos da *Jovem Italia*, bem como editoriais e artigos com um teor bastante radical, destoando assim das opiniões dos chefes rebeldes.

No entanto, ao enfrentar o descontentamento dos comandantes da revolução torna seu discurso mais ameno e, numa tentativa de dialogar com as lideranças farrapas, passa a

⁹⁵ Estas novas informações presentes no trabalho de Scheidt são possíveis por dois motivos: o primeiro é que parte da pesquisa desenvolvida para tese foi feita nos arquivos e bibliotecas de Montevidéu, onde a presença das idéias dos periodistas italianos é um tema mais recorrente. A segunda razão é a inclusão, nas fontes, das cartas trocadas entre Rossetti e Cuneo, essa correspondência é encontrada na obra do historiador italiano Salvatore Candido, que reuniu boa parte do material trocado entre os protagonistas dos fatos pesquisados.

defender, em sua publicação, as concepções mais ligadas ao modelo norte americano federativo⁹⁶. No que acrescenta:

Representações de América e de Europa, associadas às de nação e república são muito recorrentes nos textos do autor. A construção de uma imagem de América republicana, democrática, igualitária, contraposta à Europa feudal, aristocrática, monárquica é um dos principais, senão o central, temas dos textos políticos do jornalista italiano. Neste sentido, a Revolução Farroupilha fica justificada como a “natural adequação” do Rio Grande do Sul ao continente americano, enquanto o Brasil teria se afastado de seu destino ao preferir manter-se aliado à “atrasada” Europa. (Scheidt, 2004, p. 220).

O texto segue fazendo uma análise detalhada de diversas passagens do periódico, análise que se repete no caso de Cuneo e de Angelis, procurando assim, os limites da influência dos mazzinianos nos conflitos locais.

O diferencial do trabalho de Scheidt é que, antes na historiografia apenas eram dedicados alguns curtos artigos sobre o tema das influências italianas no Rio Grande do Sul. Ao dedicar um trabalho inteiro sobre o assunto o historiador ratifica a importância do fato para o período e apresenta o assunto às análises teóricas contemporâneas acerca do advento do nacionalismo (como Anderson, Balakrishnan, entre outros).

Mais um diferencial do trabalho é o de tratar a região platina como um todo, inclusive na sua interpretação historiográfica, o que corrobora o intercâmbio de influências entre os países vizinhos.

Sem dúvida é um trabalho que, principalmente por seu fôlego, é passível de desdobramentos mostrando assim as possibilidades de pesquisa sobre as trocas intelectuais que ambos os movimentos realizaram.

Contudo, o tema de pesquisa proposto é a interpretação do conceito de *Nação* nos periódicos editados por Três jornalistas italianos: Pedro de Angelis, Gian Batista Cuneo e Luiz Rossetti. Este último, justamente por ser o com menor volume de material é o que tem menos relevância no trabalho.

A diferença do trabalho de Scheidt para este, embora a tese seja largamente explorada na análise empírica do periódico é que o autor concentra-se na concepção de *Nação*, enquanto este buscará uma apropriação do discurso político de uma organização formada na publicação que defende as causas do conflito no Rio Grande do Sul.

⁹⁶Ibidem, idem.

Como sendo um assunto que tangencia constantemente a história da revolução, sua escrita passa por diversas fases. Os primeiros trabalhos sobre o tema datam do início do século XX, Mansueto Bernardi escreveu seu texto no ano de 1935, ou seja, na comemoração do centenário da Revolução. Seguindo um modelo já não mais utilizado de escrita da História (a narrativa um tanto desprovida de análise crítica), o texto corrobora a opinião difundida a partir do centenário da revolução de que o Levante fora um ato progressista e a participação destes italianos fora simplesmente verificada, sem ser problematizada.

Mais de 50 anos separam este texto do escrito por Flores. Embora sua obra seja cheia de imprecisões e bastante questionável, ela é utilizada como antagonismo à influência platina no conflito, assim o trabalho de Flores é fruto de uma fase de reaproximação dos países do sul da América do Sul na escrita de sua história, fazendo assim uma revisão da historiografia nacionalista que predominou por muitos anos.

Leitman escreveu seu texto na década de 80, uma fase em que o marxismo começava a ganhar espaço na academia e uma historiografia que baseava sua análise em interesses econômicos e debates ideológicos tomava forma, mesmo assim, a problematização proposta fez com que o estudo permanecesse por muito tempo atualizado.

O trabalho de Scheidt é uma inovação em diversos sentidos, além de ser uma pesquisa contemporânea, o aporte teórico e as inovações metodológicas usadas na pesquisa de fontes periódicas faz com que seja uma fonte mais confiável para basear a análise presente.

Foram levantadas neste capítulo as questões que estão em disputa no período, o liberalismo à moda brasileira e local as influências vizinhas, a circulação de idéias liberais e republicanas na capital da província antes de eclodir a revolução e qual o tratamento que a historiografia tem dado ao assunto.

O próximo capítulo fará a análise empírica da publicação *O Povo*. Baseado nos trabalhos anteriormente apresentados. Serão analisados artigos e fragmentos de artigos do jornal tendo em vista buscar a influência das idéias da Jovem Itália nas concepções políticas que regeram a revolução.

III - O Povo: Jornal político, Literário e Ministerial da República Rio-Grandense:

Criado no ano de 1838, o periódico oficial dos farroupilhas fora uma obra idealizada pelo Ministro da Fazenda da Revolução, Domingos José de Almeida⁹⁷, empresário do charque e defensor das idéias liberais mais radicais do século XIX, e por Luigi Rossetti⁹⁸, militante da “Jovem Itália” recém filiado ao conflito no sul do país.

A tipografia foi adquirida por Rossetti, na cidade de Montevideu, com dinheiro do próprio Almeida⁹⁹. Ambos tinham como objetivo fazer circular as informações mais importantes para o desfecho do conflito e, apresentar as idéias farroupilhas aos leitores da província. Eram impressos dois números do periódico por semana, primeiramente na cidade de Piratini, e, por último, em Caçapava, com a mudança da capital da revolução.

⁹⁷ Natural de Minas Gerais, Domingos José de Almeida transferiu-se para o Rio Grande do Sul por conta da abertura de um negócio de exportação de mulas. Ao chegar à região de Pelotas, mudou os rumos de seu projeto, vendeu seu primeiro lote de gado e estabeleceu-se na região. Dono de uma estância charqueadora e de uma empresa de transportes navais, Almeida desde cedo compartilhou das idéias liberais. Ao aderir à causa farroupilha, não só foi um dos mais importantes colaboradores financeiros, como exerceu o Ministério da Fazenda da República. Desde o início do levante preocupou-se com a criação de um veículo oficial de imprensa do novo Estado que haviam formado, também era de sua preocupação a difusão de um sistema escolar generalizado. (In).MACEDO, Francisco Riopardense de. *Imprensa Farroupilha*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 199

⁹⁸ Pouco se sabe da vida de Rossetti além do período em que esteve a serviço dos farroupilhas. Segundo Abelliard Barreto, em sua obra sobre os primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul, nasceu em 1800, na cidade de Gênova. Durante a juventude fora um estudante agitador de idéias democráticas, chegou à América por volta de 1827, estabelecendo-se no Rio de Janeiro. Em carta escrita a Mazzini, em 1836, relata sua iniciação na organização por meio do amigo Cuneo, com quem também aprendeu o ofício de jornalista. Com a prisão de Bento Gonçalves e Zambecari na Fortaleza de Santa Cruz, Rossetti e Cuneo decidem visitá-lo e pedem para servir à revolução no sul. Em maio de 1837, Rossetti, Cuneo e Garibaldi partem do Rio de Janeiro a bordo de um barco pesqueiro de nome *Mazzini*. No dia primeiro de setembro de 1838, após muita espera e desentendimentos com forças do combate, vem a público a primeira edição de “O Povo” (In SHEIDT, *As representações de nação por periodistas italianos na Região Platina 1827-1860*, São Paulo Usp, 2004, p. 188-189).

⁹⁹ Domingos José de Almeida vendeu 17 escravos de sua propriedade, que se encontravam em Montevideu, para aquisição da tipografia. (REVERBEL & BONES, 1996, p. 120.).

A publicação circulou até o ano de 1840, quando um ataque das forças imperiais à cidade de Caçapava danificou permanentemente a tipografia¹⁰⁰. No entanto, antes mesmo do acontecido, Rossetti, por motivos de divergência política com seu corretor, pedira o afastamento do jornal.

Segundo Scheidt, após Rossetti deixar o comando do Jornal e partir para Santa Catarina, o governo da República Rio-grandense buscara em Montevideu seu amigo e companheiro, que compartilha das mesmas idéias políticas, Gian Batista Cuneo para redigir *O Povo*, até o fim de sua edição¹⁰¹.

Mesmo afastado do jornal, Rossetti ainda participaria do periódico remetendo cartas para serem publicadas e assinadas como sendo de Joaquim Teixeira Nunes ou *Cidadão*¹⁰².

Posteriormente, os rebeldes findaram a edição do *O Povo* e, dois anos mais tarde, principiou a redação de um novo periódico, já na cidade de Alegrete, o “Americano”, que, posteriormente mudou seu título para “Estrela do Sul”¹⁰³. No entanto, “*O Povo*” é considerado a principal publicação farrapa. Durante os dois anos de sua existência, a edição do periódico nunca foi interrompida, mesmo com a transferência da capital e com os constantes conflitos na cidade de Piratini, fechando assim o total de 160 números publicados.

Obviamente tratava-se de um panfleto político. Basicamente o jornal era constituído por quatro páginas de texto, sendo muitas vezes textos corridos. Nem sempre contava com um editorial e também não eram raras as edições desprovidas de notícias de combate, sendo o volume ocupado inteiramente de artigos a respeito dos acontecimentos e correntemente eram extraídos textos dos jornais de Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo e Montevideu, onde eram citados os acontecimentos da província.

Versava principalmente contra o Império e seu Regente, em favor da autonomia das províncias, em defesa de um sistema republicano de governo, mesmo que, para isso, os argumentos utilizados fossem o de desligamento da unidade imperial.

¹⁰⁰ SCHEIDT, Eduardo. Op. Cit. P. 216.

¹⁰¹ Ibidem, p. 226. Sobre a presença de Cuneo no comando da publicação, Scheidt afirma: “A presença do outro periodista italiano no Rio Grande do Sul, exercendo o cargo de redator do periódico farroupilha, é um fato até recentemente desconhecido pela historiografia. Hoje sabemos destas informações graças à pesquisa de Salvatore Candido, que encontrou e publicou parte do epistolário dos jornalistas italianos. Em uma carta dirigida a Paolo Antonini, o próprio Cuneo relata que “após tanto retardar, finalmente cheguei ao meu destino”. Aqui estou há cerca de 20 dias. Também me foi imediatamente cedida a direção do jornal; os números que lhe remeto são obras minhas. O ministro Almeida e o vice-presidente acolheram-me cordialmente e deram-me provas de amizade” (ibidem, idem).

¹⁰² Ibidem, p. 225. Segundo o autor, o uso de pseudônimos era empregado para facilitar a divulgação das idéias de Rossetti na publicação.

¹⁰³ MUSEU E ARQUIVO HISTORICO DO RIO GRANDE DO SUL, *Documentos interessantes para o estudo da Grande Revolução de 1835-1845, 2º volume: O mensageiro, o Americano, Estrela do Sul (jornales da época*. Terceiro departamento História Nacional). Porto Alegre, 1930.

Casadas com os textos de Rossetti sempre vão estar presentes na publicação as proclamações do general e presidente Bento Gonçalves da Silva, do General Neto, as notícias de campo e da movimentação das tropas, as informações sobre as revoltas em São Paulo, Bahia, Pará entre outros levantes no território brasileiro¹⁰⁴.

O periódico trazia também notícias sobre o andamento das revoltas contra o poder central, trechos dos grandes pensadores do Iluminismo, que até o fim XIX influenciaram as revoltas contra as monarquias e inspiraram as revoluções liberais (Montesquieu, Rousseau, Toqueville¹⁰⁵).

Sobre a influência das idéias de Mazzini na pequena Província brasileira, o debate gira, basicamente, em torno das seguintes características: a nação idealizada pelo líder da Jovem Itália é republicana, unitária e democrática. “O Povo” (próprio nome do jornal) é o termo usado e defendido nas guerras de libertação nacional de Mazzini, que considera o setor mais baixo da população nacional como o ente a ser libertado da tirania opressora dos reis e é considerado a base da filosofia Mazziniana, em sua tríade Deus, povo e nação, o povo é um personagem divino¹⁰⁶.

Somado a isso, boa parte dos volumes traz textos diretos da “*Jovem Itália*”. O próprio dístico do jornal trazia uma frase de Filippo Buonarroti, militante antigo da causa da unificação italiana e, membro da organização:

“O poder que dirige a revolução deve preparar o espírito e os cidadãos para os sentimentos de fraternidade, modéstia, igualdade e ardente desinteresse pela nação”¹⁰⁷.

A presença quase constante de textos escolhidos do folheto Jovem Itália é citada pela historiografia do conflito como sendo influentes ou não nas concepções¹⁰⁸ políticas dos

¹⁰⁴ É o caso da edição nº10 (p.41) sobre Pernambuco, nº. 11 (p.43) que transcreve o interrogatório de Francisco Sabino, nº13 (p.51) sobre o legalismo no Pará, Bahia e Rio Grande do Sul, nº 35, (p. 123) sobre o Pará novamente, entre outros artigos e excertos de jornais de circulação nacional (in: MUSEU e ARQUIVO HISTORICO DO RIO GRANDE DO SUL). Op. Cit., 1º volume, Porto Alegre 1930.

¹⁰⁵ Ibidem – O Povo, n. 74 de 12 de junho de 1839, segue uma citação de “Democracia na América do Norte”, de Toqueville.

¹⁰⁶ MAZZINI, Giuseppe. **Deveres do homem**. Rio de Janeiro: Brasil Ed., 1938.

¹⁰⁷ Jovem Itália, vol. 32. Esta escolha é defendida por Rossetti no prospecto da publicação, lançada dia 1º de setembro de 1838, quando afirma: “As palavras que traduzimos da Jovem Itália, folheto que se imprime na Europa, resumem inteiramente os princípios que nos hão de guiar na redação deste jornal” (in: “O Povo” 1930, p.1.).

¹⁰⁸ A respeito da historiografia que trata dos italianos na República de Piratini, praticamente os mesmos trechos são usados para provar a presença destes pensamentos no ideário dos rebelados. E, será sobre os mesmos artigos e trechos que a tese de influência do *Risorgimento* na Revolução Farroupilha será contestada. A passagem mais usada da publicação é o artigo *O povo! O povo!*, extraído da *Giovine Itália* e publicado na edição número Cinco do jornal (Ibidem, p. 20).

farrapos. No entanto, esses artigos falam de temas universais, defendem a República que, afinal, é a organização política dos rebelados e apresentam idéias de grande circulação no século XIX.

Foram identificados dois pontos determinantes para diferenciação dos pensamentos progressistas italianos e os comandantes do levante sulino. Uma é o caráter extremamente universal e democrático da Jovem Itália, demonstrado pelo constante apelo que seus militantes fazem ao conjunto de habitantes das regiões platinas sob a forma de povo. A segunda grande divergência ideológica será o conflito, a dicotomia Unidade versus federação: a Jovem Itália defende a unidade, não a Federação, já o comando da revolução encontrou no sistema federativo uma alternativa que garantia a autonomia administrativa do Rio Grande em relação às outras províncias brasileiras e, também ao Uruguai e à Argentina.

Cita constantemente o personagem “Povo”, para quem são geralmente dirigidos os discursos. Cabe ser criterioso quanto a essa afirmativa, pois, como discorre Leitman¹⁰⁹, os militantes da Jovem Itália estavam interessados na expansão dos ideais de República e dos direitos universais do homem no novo mundo, suprimindo outros debates secundários.

É válido considerar em que medida a “Jovem Itália” tenha influenciado as idéias mais progressistas dos farrapos, e apresentar determinadas concepções acerca da revolução que são confluentes, ou seja, são concordantes para ambas as organizações políticas.

O jornal foi usado como instrumento de apoio à causa, para dirigir os ânimos de seus leitores em favor ou da continuação dos combates, ou, já por volta da década de 40, em aceitar as negociações de paz. Obviamente, é veículo das opiniões políticas de um grupo fechado e, além de transmitir as informações relevantes para esse grupo, ela também tem a função de expressar as idéias do mesmo.

Assim, mesmo que houvesse sérias divergências entre os membros da Revolução Farroupilha e os românticos revolucionários europeus, nunca a publicação irá apresentar textos contra determinada corrente do exército rebelde ou quanto à determinada atitude. Para mensurar os conflitos internos no âmbito ideológico deve-se recorrer às cartas particulares de Rossetti endereçadas ao companheiro Gian Batiste Cuneo¹¹⁰, Domingos José de Almeida, entre outros destinatários das correspondências remetidas pelo italiano.

¹⁰⁹ Leitman, Op. Cit. P. 100.

¹¹⁰ Cartas de Cuneo à Rossetti (in: REVERBEL & BONES, 1996, p.129-155). Embora tenha sido a fonte utilizada para este trabalho, a maior concentração de cartas entre Rossetti e Cuneo estaria compilada na obra do historiador italiano Salvatore Candido (CANDIDO, Salvatore, *La rivoluzione riograndense nel carteggio di due giornalisti mazziniani: Luigi rossetti e G.B. Cuneo (1837-1840)*, Florença, Valmartine Editore, 1973).

Embora os textos da Jovem Itália sejam os mais polêmicos, cabe ressaltar que o volume mais substancial de abstrações teóricas, presentes no periódico, está nos editoriais e textos, que provavelmente são de autoria dos italianos Rossetti e Cuneo. Nesses textos vão estar em debate as propostas de república, os desejos que fundamentam de forma ampla os conflitos do século XIX, a dicotomia entre povos e governos, a independência das nações na América e no mundo e a constante luta contra os desmandos imperiais. Trata-se de uma escola política fundada nos princípios humanistas, na herança da Revolução na França, na defesa da libertação dos povos. Conforme afirma:

“Nossos princípios então não defendem senão a moral satânica dos tiranos. Nós apregoamos a piedade, a justiça, a modéstia, a igualdade, a fraternidade, o amor santo e sincero, a amizade leal e verdadeira. Nós dissemos a nossos leitores que devemos amar a deus, mas que somente ama-se a deus servindo a pátria, amando a humanidade, odiando os déspotas, praticando a justiça (...), nos dizemos enfim, que o homem livre acomete o inimigo em campo; que mesmo nos horrores da terrível necessidade da guerra é generoso com ele” (O Povo, nº. 48, pg. 3 a 4).

A modéstia, a igualdade e a fraternidade, tratam-se dos termos pregados por Mazzini em suas campanhas européias na associação de Deus e povo, ou melhor, a obrigação religiosa ligada ao exercício das atividades humanistas. Assim, como afirma Mazzini, a luta contra a tirania deve ser a luta de todos os povos e não para a libertação de uma nação apenas.

A resistência às idéias mais progressistas se fez sentir logo na chegada de Rossetti ao Rio Grande do Sul, que, em carta a Cuneo, reclama do adiamento repetido da publicação do jornal devido ao medo da difusão de suas idéias:

A publicação está novamente suspensa, um dos principais motivos é que se teme a propagação dos princípios democráticos (...). Não são nem o presidente, nem Almeida que têm tais temores ou que levantam tais dúvidas, não por certo. Mas sim, certos homens mesquinhos, os quais, além disso, não deixam de contrabalançar, com grave prejuízo à nação, a ação do Governo. (carta de Rossetti para Cuneo in: REVERBEL & BONES, 1996: P. 132).

Mesmo enfrentando resistências, o italiano prossegue e consegue lançar o periódico no primeiro dia de setembro de 1838.

A divisão do jornal para análise, como foi esclarecido na introdução, considera, então, do primeiro ao décimo primeiro volume de forma conjunta, como meio de propagação das idéias da revolução. Um tom discursivo mais agressivo por parte do redator ao se dirigir contra as forças imperiais é identificado. Também nessa fase o autor faz uso dos textos da sua organização.

Essa inauguração do periódico é, conforme análise de Scheidt, a primeira das duas fases da escrita do jornal nas mãos de Rossetti¹¹¹. Se no primeiro momento o radicalismo republicano e democrático preocupa alguns elementos da direção do movimento farroupilha, a partir de determinado momento (talvez já próximo de sua saída do jornal), seu discurso volta-se para a causa americana, assim, segundo Scheidt:

A construção de uma imagem de América republicana, democrática, igualitária, contraposta à Europa feudal, aristocrática, monárquica é um dos principais, senão o central, temas dos textos políticos do jornalista italiano. Nesse sentido a Revolução Farroupilha fica justificada como a “natural adequação” do Rio Grande do Sul ao continente americano, enquanto o Brasil teria se afastado do seu destino ao preferir manter-se aliado à atrasada Europa. (SCHEIDT, 2004: p. 220)

Associar as causas da revolução do Rio Grande do Sul às demais lutas da América é uma estratégia empregada por Rossetti em *O Povo*: Somos americanos, nossa causa é americana, o deus da América abençoará nossa valentia e coroará nossa vitória, jamais povo algum pretendeu ser livre, que mais cedo ou mais tarde não o conseguisse (*O povo*, 27 de março de 1839, p. 52).

Ainda baseado nos princípios da Jovem Itália, Rossetti responde a um ataque dos legalistas de Porto Alegre, que dizem ser os farroupilhas um bando de desordeiros que traem os princípios da legalidade. Em artigo intitulado “A legalidade”, extraído do jornal uruguaio dirigido por Cuneo¹¹²:

“A Pátria, cujas substâncias devoram para ocupar-se das argúcias eunuca, que lhe valem o aplauso dos poucos, ou comparados, ou néscios para estudar regras indignas que possam dar vencimento à causa a um despartidos em que temos visto com escândalo de todos os honestos, dirige-se ao augusto recinto, ao qual não teríamos que ouvir senão a voz da humanidade e da justiça (...)”.

Esse texto é escrito em resposta aos poderes imperiais. Ainda no mesmo texto segue afirmando:

“Talvez não é longe o dia que véu será arrancado dos olhos dos enganados, e a maldição dum Povo inteiro se lançará sobre vos como uma vingança do céu. Legalidade, filha primogênita da justiça e do Povo, nos temos visto em teu nome violado os nossos direitos”.

¹¹¹ SHEIDT, Eduardo. *As representações de nação...*2004 p. 219. Sobre essa “moderação” do discurso de Rossetti no periódico, o autor afirma que se deve ao uso da mesma tática que o companheiro Cuneo estava usando em seus periódicos no Uruguai, ou seja, “procurando adaptar o ideário mazziniano para o contexto local” (Ibidem, idem).

¹¹² Quanto à presença dos escritos de Cuneo antes do mesmo assumir a direção do periódico “O Povo”, Scheidt afirma, baseado na documentação da obra de Salvatore Candido, ser de autoria do italiano Cuneo o *prospecto* do jornal, o artigo intitulado *legalidade*, e textos que originalmente foram escritos para a *Revista de La Plata*, e publicados nas edições 90 e 95 do *O povo*. Ibidem, p. 226.

Essa afirmação a respeito dos desmandos do poder central remete ao movimento nacionalista e à difusão das idéias liberais casadas com esse movimento. Afirmar que “o véu será arrancado dos olhos dos enganados” e que “a maldição de um povo inteiro cairá sobre vós”, defende o fim do estado aristocrático e faz parte da nova concepção de Estado Nação, em que a presença do elemento popular define o fim dos interesses particulares em favor do bem comum¹¹³. Além disso, está ligado ao nacionalismo popular do século XIX, em que a vontade do Povo é fator determinante da constituição da nação.

O discurso frequentemente presente no jornal remete sempre a um personagem central na revolução. A ele é destinado o desdobramento do conflito, a ele se atribui a dificuldade do império restaurar sua antiga ordem. É ao povo, enquanto entidade, destinatário da revolução, que se dirigem os textos do periódico. Também é no conjunto de pessoas comuns, habitantes da província, libertos ou escravos, pobres ou ricos que irá residir a questão: quem são os cidadãos da República Rio-Grandense?

Para Sandra Pesavento, Moacir Flores e outros pesquisadores (que se detêm no fato de o movimento ser dirigido por uma aristocracia rural), a definição daqueles que são apresentados como cidadãos da República é: “Todos os homens livres nascidos no território da República”¹¹⁴.

Acrescido a isso, o projeto de constituição não dava direito a voto para libertos e pessoas que não tivessem bens inferiores a 200 mil réis¹¹⁵. Já Sandra Pesavento, no seu trabalho sobre as influências do liberalismo na ideologia do conflito, acrescenta que: “Povo era a classe proprietária, que fazia representar seus interesses a nível de Estado e que corporificava, num conjunto de normas, a constituição e que, assim, dava base de legitimidade ao governo.” (PESAVENTO, Sandra Jathay, 1985, p18).

Afirmava assim que os interessados no conflito pertenciam a uma classe particular, e que povo, em sua forma genérica, não foi considerado pelos dirigentes do conflito como um corpo social relevante ao movimento. Essa tese é completada reiterando assim a falta de afinidade com o projeto de Mazzini, que tinha no povo a base espiritual de sua revolução nacional.

¹¹³ Esse princípio é destacado por Eric Hobsbawm em seu livro “Nações e Nacionalismo desde 1780”. O Povo-Nação visto de baixo era: “Precisamente o fato de ele representar o interesse comum contra o privilégio.”. opus cit pg.32.

¹¹⁴ Projeto de constituição da República Rio-Grandense, artigo 6º. In: Flores, Moacir. “O Projeto Político dos Farrapos”

¹¹⁵ Flores ainda aponta o dado de o projeto constituinte ter sido escrito posteriormente ao desligamento de Rosseti do jornal (o projeto é datado de 1843), ressaltando assim a ineficácia do envolvimento da jovem Itália com o conflito gaúcho.

Esse argumento é, em parte, questionável. A partir de uma proclamação do general Bento Gonçalves da Silva, comparada a um texto de Luigi Rosseti, pode-se verificar que o papel do povo nos textos da publicação era dar rosto a um conjunto de explorados pela violência do império e legitimar, assim, o andamento da revolução.

3.1. O uso do Povo nos fundamentos da Revolução:

As novas vertentes da História têm buscado novos problemas de pesquisa, principalmente na chamada “Nova História Política”. Uma das novas modalidades de trabalho é manusear, junto a outras disciplinas científicas, conceitos políticos, ou, nos dizeres de Koselleck,¹¹⁶ conceitos que são históricos.

O movimento das nacionalidades no século XIX esteve profundamente ligado à ascensão do “povo”, de forma genérica, como fator constituidor de uma nação. Nunca será tão difundida a palavra “povo” como depois da Revolução Francesa. A própria aceitação ou não dos limites geográficos impostos pelos dominadores absolutistas, às restaurações de antigos dialetos e grupos lingüísticos, o retorno a tradições remotas, como a própria tomada de consciência da exploração de muitos em benefício de poucos, trouxe poder e legitimidade ao povo.

Para Geneviève Bollème¹¹⁷, a própria palavra é um termo ambíguo e se presta a manipulações e manobras políticas. Segundo sua definição, podemos considerar, primeiramente, como o homem em estado de número. Isto elimina desse homem suas qualidades individuais, o homem enquanto povo é representado pela massa sem rosto e sem definição.¹¹⁸:

¹¹⁶ Koselleck, Reinhart. “*Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos*”. Rio de Janeiro, Estudos Históricos, vol. 5, n.º. 10, 1992, p.134-146.

¹¹⁷ BÔLLEME, Geneviève. Op. Cit.

¹¹⁸ Ibidem, p.20. Conforme abordagem do primeiro capítulo, para Bollème, o povo só é definido como grupo quando está em determinada reunião, de uma causa ou de motivo, só assim há a definição desse povo: “Se a interpretação de uma dada reunião depende do olhar que se lança sobre ela e do corte que esse olhar opera, a dinâmica da reunião depende do motivo ou do móbil em torno do qual, e sobre o qual, se efetua essa reunião, que se faz sob o apelo ou incitação de uma situação ou de uma voz” (Idem, ibidem).

Quando esse povo se reúne passa a ter um corpo, tomando assim uma autoridade coletiva e tomada em oposição a alguma coisa (ou aos grandes nobres, ou ao estado, ou a qualquer forma de poder constituído) ¹¹⁹.

Após a Revolução de 1789, o povo tem *direitos* e é portador de um poder que só pode ser exercido enquanto indivíduos reunidos. Esse poder reunido pode desfazer ou refazer a nação.

No entanto, não é autônomo. A multidão, segundo Bollème, aprova ou desaprova, aclama ou reage. Sua força é dada aos que sabem tomá-la¹²⁰. Daí vem a importância que o “apoio popular” exerce sobre os movimentos políticos. Enfim:

“É glorificado, sobretudo, nas revoluções, em momentos em que o discurso tenta conformar-se, e o faz da melhor maneira, ao próprio povo para captar essa força segundo um saber, uma arte cuja ambição suprema consiste e, se aproximar, em se modelar sobre essa força viva, em se fazer semelhante a ela, popular, sob a condição de desviar essa popularidade em proveito próprio para melhor conduzi-la” (Bollème, 1988: p. 27).

Daí vem a constante busca, no século XIX, pela simpatia desse povo, e como se tratava da época em que mais estava em evidência, também era através da reivindicação popular que a Jovem Itália buscava a unificação da península, a base do discurso republicano, unitário nacional faz sentido dentro do quadro de revoluções de caráter liberal.

No espaço platino do século XIX, povo tinha significado idêntico à cidade, ou seja, povoado. Dentro desta definição o espaço onde se encontrava ordem e justiça era nos aglomerados urbanos.

Fora do povo, havia a pátria, onde não havia regras nem leis. Esta conceituação é verificável até os dias de hoje. Nas regiões fronteiriças do atual estado do Rio Grande do Sul, boa parte dos habitantes da zona rural refere-se à cidade como Povo.

A adaptação das premissas Liberais no Brasil adequou o discurso político, a situação de revolta faz com que haja uma fala endereçada à população rio-grandense de forma geral.

Em agosto de 1838, o periódico “O POVO”, publica manifesto do Presidente da Província:

¹¹⁹ Somada a essa afirmação, Gopal Balakrishnan defende a tese de que, no processo de constituição dos Estados Nacionais, “só na luta a nação deixa de ser um quadro de referência informal e apenas presumido como certo, transformando-se numa comunidade que se apodera da imaginação (...) a mobilização de um povo em caráter nacional tem desempenhado, com igual freqüência o papel decisivo na história da luta contra o colonialismo e a ocupação estrangeira (In: BALAKRISHNAN, Gopal. 2000, p. 221). Essa afirmação esclarece a diferenciação de um povo nas lutas que envolvem uma nação, o que, no caso do estudo ratifica a importância do mesmo, sobretudo quando é nominado pelo periódico, com o objetivo de legitimar a luta farroupilha e também, fazer sentir uma consciência coletiva nos habitantes da província rebelada.

¹²⁰Ibidem, pg. 27.

“... o povo rio-grandense não reconhece outro juiz sobre a terra além do autor de sua natureza, nem outras leis, além daquelas que constituem o código das nações. Observa o estatuído princípio da mútua universal decência, provando à face de todas as repúblicas, príncipes e potentados a qual se dirige que o fato de sua separação e desmembramento não foi obra da precipitação irrefletida, ou de um caprichoso desacerto (...) este povo virtuoso e bravo entre tantos povos ilustrados da terra.” (Manifesto do Presidente da Republica, agosto de 1838, jornal “O Povo”, n. 1, p. 1).

Esse Manifesto segue, dando as razões pelas quais o Rio Grande do Sul proclamara a independência. O texto foi escrito para ser publicizado, ou seja, estava endereçado aos habitantes do estado de forma geral, buscava ganhar a confiança e a aprovação desses habitantes. Todos que soubessem ler teriam acesso ao dito manifesto¹²¹. Esse “enaltecimento” da população de forma geral é a busca pelo apoio da mesma, nos dizeres de Bollême, para captar essa força popular.

Assim, as edições de 1 a 13 do periódico estão em sua maior parte em sintonia na busca do apoio da população e da legitimação do levante. Em um ano de conflito, os rebeldes proclamaram a República, em três ainda não eram aceitos por alguns setores que apoiavam a intervenção militar do império. A província havia dividido-se, a base dos rebeldes ficara sendo o interior e, principalmente a região da campanha, já as forças imperiais e o presidente da província mantiveram a ordem vigente na capital, na serra e nos grandes centros urbanos.

O jornal veio com o intuito de capitalizar adeptos para o movimento. Os próprios escritos do general Bento e de seus companheiros tornavam-se mais amenos, suas brigas específicas eram deixadas em segundo plano, ampliando e generalizando os motivos do combate.

É verdade também que, quando direcionado ao público não envolvido diretamente na rebelião, ou melhor, quando não há remetente certo para os escritos, tanto de Bento como de Rossetti, o sentido do texto toma uma abordagem mais visceral, ligada ao emocional. Não apela diretamente à razão nem tanto à lógica das disputas que a guerra impôs. Essa forma de escrita ainda está ligada à necessidade de agradar ao conjunto de habitantes, de dar-lhes as características de cidadão, de povo.

¹²¹ Em meados de 1838, a população do Rio Grande do Sul contava em torno de 144.000 habitantes. Esse dado não é suficiente para verificar o número de leitores do periódico, contudo, pode-se aferir, a partir do cabeçalho da publicação (onde consta o valor de cada folha e o valor da assinatura), que havia um público leitor, ao menos na capital da República. Outro indício que pode ajudar a mensurar o alcance do periódico é uma carta de Rossetti, endereçada a Domingos José de Almeida, onde, no post-scriptum pede: “Muito lhe agradeceria se nos colocasse na lista dos que, como empregados da nação, recebem regularmente o jornal do governo” (In: REVERBEL & BONES, 1996, p.111).

Esse é o espírito do prospecto do jornal, que vem seguido da proclamação de Bento (citada em partes acima). O editor busca o apoio e justamente esse povo é visto como vítima da tirania do poder monárquico. O povo é destacado da massa e passa a ter lugar no combate, pois afinal, será em seu nome que será legitimada a independência da província:

“Querer persuadir ao POVO que mais com este, mais com aquele (...). O POVO brasileiro apesar de todas as violentas deserções de seus encaçados caluniadores marchou; e ele está o par de seu século. O século revolucionário e republicano que unicamente pode o poder encaminhar para a felicidade quem tem que conseguir, até que não a tenha abortada o virou agitado, frenético, turbulento. Esta é a sua condição; esta é a condição verdadeira de todos os povos da época”. (“O Povo”, Prospecto, nº. 1 setembro de 1838, p. 1).

Ainda atribuindo a esse personagem sem rosto, é colocado que todos os meios para atender a seus direitos serão utilizados:

“Seria importuno, e perigoso, instituir uma usura contra um governo, que está lutando para conquistar a independência da nação e que, para consegui-la, não pode, nem deve sem faltar ao ministério para o qual for estabelecido deixar de valer-se de tudo o que está no meu alcance. Pois quando se trata dos destinos da Pátria, qualquer meio feito é santo, qualquer arma empunhada pelo valoroso que se oferece vítima consagrada, abençoado de deus, que somente consegue a palma da vitória aos que insurgem firmemente resolvidos a obtê-la”. (Ibidem, idem).

O espírito das revoluções nacionalistas está presente, obviamente por inspiração de Rossetti e da Jovem Itália. Mazzini acreditava na determinação da vontade dos povos de buscarem sua independência.

É importante levar esses dados e interpretações em consideração devido à necessidade de manter o povo como aliado durante os períodos revolucionários. Para tal, a Jovem Itália, na figura de Mazzini, defendia uma educação republicana, em que as populações fossem instruídas a tomar nas mãos os rumos de suas pátrias.

No entanto, as propostas de levar uma educação republicana e nacionalista para a revolução farroupilha não correspondia com as intenções de parte chefes militares do conflito¹²². Embora o comando da revolução convivesse bem com a idéia de República, o medo de que a forma defendida pelos italianos, um acesso universal às instâncias

¹²² Embora, um ofício circular do dia 1º de agosto de 1838, inaugure a criação da primeira rede de escolas do Rio Grande do Sul, empenhada no ensino das primeiras letras e noções matemáticas, conforme a circular: “Só por meio da difusão das Luzes e da moral podem prosperar e robustecer os estados”. Como prova da boa fé na intenção de educação da província, os alunos matriculados e que freqüentassem regularmente as aulas estariam isentos do recrutamento para a primeira linha, como ainda da guarda nacional e do serviço de polícia dos distritos (circular do dia 27 de julho de 1839, in: MACEDO, Francisco Riopardense. *Imprensa farroupilha*, p. 77). Não cabe aqui estudar o teor do conteúdo ensinado nessa proposta educativa, pode-se afirmar, no entanto, que havia uma intencionalidade em garantir alfabetização do maior número possível de cidadãos da República.

administrativas e ao poder, fosse implementado, aterrorizava a classe de estancieiros abastados.

Essa diferença nos propósitos da revolução deve-se ao fato de que Rossetti privilegiava o político em detrimento do militar, ao contrário dos generais. Mesmo assim, a iniciativa educadora do panfleto está presente no prospecto da publicação, em que o editor do folheto afirma que a função da imprensa é, acima de tudo, educar para uma sociedade livre dos vícios e das caduquices dos regimes aristocráticos exploradores. O periódico também irá exercer umas funções informativas, instrutivas, visto que, por via deles, se buscavam os adeptos da revolução por completo na estrutura política brasileira.

Os militantes da Jovem Itália no Brasil acreditavam que o Rio Grande do Sul era o caminho para a libertação da dependência do país dos imperadores portugueses. Permaneciam fieis aos princípios da Jovem Itália, como podemos notar no artigo “Povos e Governos”:

“O povo que não vive convencido de que é o soberano, o déspota, o rei de si mesmo, é um povo imbecil que tem o direito nem de queixar-se. O povo que se prostra aos pés de um impostor é com miserável a quem afaga galanteadora, o povo que não dá um grito de ira quando o ultrajam é digno de escravidão, da miséria e da infâmia” (O Povo, n. 27, Piratini, 01 de dezembro de 1838).

Ainda sobre as apropriações feitas pelos idealizadores da publicação a respeito do povo, cabe ressaltar que a proclamação da República não fora, de fato, uma unanimidade entre os dirigentes da revolução. O próprio Bento Gonçalves não negava sua discordância com o afastamento do império, mas, assim como se tenta ganhar a simpatia do conjunto da população, também existe a inversão, ou seja, quando se toma atitudes impulsionadas pelos desejos das massas. Calvet, em sua “História da Revolução Farroupilha”¹²³, retoma esse fato ao afirmar, nas palavras de Fernando Lasalle¹²⁴, que “o instinto das massas nas revoluções é muito mais seguro do que a razão dos intelectuais”. Essa afirmativa justifica a explicação de que, havia sido no seio das tropas que surgiram os apelos à República. Depois da queda de Porto Alegre, proclamada pelo general Neto, mesmo sem o consentimento de Bento, foi aproveitado o estado de exaltação das tropas para dar um rumo ao conflito.

Mesmo não concordando, Bento Gonçalves assume a presidência e a defende baseado nessa força propulsora, ou seja, a vontade popular.

O trabalho de Leitman¹²⁵ afirma que os farrapos sempre tiveram medo de um “levante popular”, pois não queriam dividir suas vantagens com grupos sociais inferiores. Os rebeldes

¹²³ Fagundes, Morivalde Calvet. “Historia da Revolução Farroupilha”.

¹²⁴ Ibidem, p. 153.

¹²⁵ LEITMAN, Spencer. Op. Cit.

tinham sua educação política forjada nas práticas de guerra e não nos debates políticos. Essas diferenciações foram, ao longo dos anos, destacando-se cada vez mais, tornando insustentável a convivência de duas formulações ideológicas distintas dentro de um mesmo movimento insurgente.

Contudo, a República Rio-Grandense, embora questionável, era um fato. Os farrapos possuíam ministérios, jornal oficial, moeda própria, presidente, vice-presidente, secretários, constituição. Toda estrutura burocrática de um Estado Soberano foi rascunhada, principalmente nas ações do ministro Almeida. No entanto, a aceitação da forma de governo republicana era um desafio a ser vencido pelos próprios rebelados.

O fator comum a todos, nesse sentido, era garantir autonomia local, sem interferência nem do Rio de Janeiro, nem de seus vizinhos platinos. Assim, o princípio que regia o 20 de setembro era dotado de um “espírito liberal”, mesmo que não fosse produzido por uma camada intelectual. Aspirava aos mesmos fins que as reivindicações clássicas do velho continente, ou seja, liberdade, principalmente de exercício das atividades econômicas.

Segue no próximo tópico uma análise das concepções de república expostas no jornal e defendida por diferentes setores farroupilhas. Essa análise será baseada, principalmente, no antagonismo entre unidade versus federação, quais argumentos sustentavam tanto um quanto outro projeto de governo. Partirá da análise de um volume da publicação que associa uma proclamação do General-Presidente Bento Gonçalves Silva, com citação de Giuseppe Mazzini, mentor político dos italianos a serviço da república. O objetivo principal deste estudo será verificar as tensões geradas pela disputa de modelo político no sul.

3.2) A República:

No número 173 do jornal, o volume inteiro é dedicado à forma de governo republicana, como posto anteriormente, eixos temáticos eram recorrentes na publicação. Além de um editorial que obviamente vem em defesa dos rebelados, o jornal publica declarações, carta e trechos de escritos políticos a respeito dos ideais republicanos, como esse trecho onde Bento Gonçalves afirma ao governador da Província, Soares Andréa:

“A questão é de princípios, não de interesses, fizera-se a revolução para garantir os direitos e liberdades do Rio Grande, conspurcados pelo império depois do 7 de abril (...). Não tínhamos então a

idéia de mudarmos a forma de governo estabelecido; mas as atrocidades e violências praticadas pelo governo do império, seus agentes e delegados, nos forçaram a proclamar a independência” (O Povo” n. 155, Caçapava, sábado, 2 de maio de 1840: p. 653).

A carta ao governador foi editada no jornal, no corpo de um artigo intitulado “A República”. Tal artigo trazia, junto ao texto de Bento Gonçalves, uma citação de Mazzini:

“A republica é para nos outros aquela forma de governo que unicamente pode dar lugar ao desenvolvimento harmônico de todas as faculdades do homem...” (Ibidem, idem.).

Dois trechos de afirmações falam a respeito da proclamação da República no Rio Grande do Sul: um de Bento, outro de Mazzini. O primeiro afirma que não havia o interesse em modificar a estrutura política da província; enquanto o outro sentencia que apenas no regime republicano é que o homem pode exercer plenamente suas faculdades¹²⁶.

Essas diferenciações podem ser mais bem compreendidas a partir da construção da necessidade ou não de um regime republicano. A expansão de idéias liberais no século XIX resultou numa série de adaptações das premissas de uma nação liberal, conforme as necessidades e os interesses locais. Assim, o liberalismo na Europa vai despontar casado com os movimentos de emancipação nacional, pois seria impossível conceber liberdades econômico-políticas a partir de territórios e estruturas governamentais baseadas no Antigo Regime.

No caso da Itália, segundo Jacques Droz, Mazzini, que era seu maior líder, lutava para formação de uma Nação autônoma e livre, descartando as propostas federalistas e apoiando uma República Italiana unificada, baseado na ideologia Deus, Povo e Humanidade. A jovem Itália, nesse aspecto, é um movimento que rechaça as idéias da carbonaria, de simplesmente expulsão dos estrangeiros do país e apela para a constituição de uma República unificada.

No Rio Grande do Sul, as idéias republicanas estavam sendo difundidas desde a década de 20, em diversas lojas maçônicas e congregações¹²⁷. No entanto, não era prevalente. Bento Gonçalves afirma nessa correspondência que fizera a independência para garantir os **direitos** e as **liberdades** dos rio-grandenses. Se há o entendimento que esses

¹²⁶ Um dado curioso desta edição temática, que se justifica pelas comemorações da Proclamação da República na província, é que ela é editada justamente quando se ensaiam as negociações de paz, nos idos de 1840. No entanto, a tentativa de trégua não acontece e o conflito se arrasta por mais cinco anos.

¹²⁷ Ver FAGUNDES, Morivalde Calvet. “A maçonaria e as forças secretas da revolução”. Rio de Janeiro, gráfica editora Aurora Limitada, sem data.

elementos foram retirados da população da província, também há o entendimento de que a monarquia não possuía poderes absolutos sobre seus súditos.

No entanto, para os sulinos, a questão da República se torna mais delicada, visto que os interesses dos farroupilhas eram mais práticos e suas posições eram resultados de decisões pragmáticas. Como ressalta Sandra Pesavento, em seu artigo ao afirmar que a república é resultado da predominância da corrente que pregava a separação política do império e que, ambas as formas de conceber o movimento (manter-se ou não ligados ao Brasil) se baseavam na defesa da autonomia decisória local¹²⁸.

Desde os primeiros trabalhos a respeito da revolução farroupilha, os historiadores têm feito questão de deixar previamente delimitado o grupo de comandantes locais que representariam a vertente republicana. Seriam eles: Domingos José de Almeida, João Manuel de Lima e Silva, Antônio de Souza Neto, Joaquim Pedro Soares e Manuel Lucas de Oliveira.

A proclamação da república havia sido feita, é verdade, pelo General Neto. Mas, segundo Calvet Fagundes, a proclamação fizera-se necessária para dar rumo à revolução, que já se encontrava à beira da anarquia e sem frutos consideráveis¹²⁹.

A defesa da tese republicana era desde os tempos do jornal *Continentino*, editado na casa de Lima e Silva¹³⁰, a federativa, fruto da expressão do desejo de uma camada da sociedade que almejava um projeto de liberalismo tradicional, à moda como vinha sendo defendido no Brasil, ou seja, não violação dos direitos econômicos impostos pela coroa¹³¹.

Ainda sobre a presença de idéias republicanas na província, Scheidt destaca a circulação de papéis subversivos, conclamando a população a “seguir o exemplo dos orientais”¹³². E que, desde 1832 havia um partido Lavallejista atuando na província, instigando as idéias separatistas e republicanas¹³³.

Logo, um projeto republicano de governo não era, de forma alguma, novidade ao sul do país, sobretudo na fronteira da campanha com a Banda Oriental que, desde 1828, adotava o sufrágio como forma de escolha dos representantes¹³⁴.

¹²⁸ PESAVENTO, Sandra. Op. Cit. P. 23-24.

¹²⁹ FAGUNDES, Op. Cit. P.152

¹³⁰ Ibidem, p. 151.

¹³¹ PESAVENTO, Sandra. Op. Cit p. 25. Os movimentos de contestação nacional da época regencial, via de regra, associavam-se às idéias federativas, não com o objetivo de ser um grupo de províncias independentes unidas por um poder central, mas independentes, atendendo apenas às suas aspirações regionais. (p.24).

¹³² SCHEIDT, Eduardo. Op. Cit. P. 213. trata-se de uma citação da obra de Alfredo Varela *revoluções cisplatinas: A república Rio-Grandense*. Porto: Livraria Chardon, 1915, v1, p 246.

¹³³ Ibidem, idem.

¹³⁴ FREITAS, Décio. *Farrapos: uma rebelião federalista*. In: FREITAS, Décio. *A revolução farroupilha: História e interpretação*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985, p. 117. Para o autor, a sociedade de estancieros concentrada na parte sul da província, centralizava as reivindicações em torno de seus interesses. A falta de

Assim, o ideal federativo da revolução rio-grandense tem dois sentidos: o primeiro é uma influência clara e determinante das províncias espanholas vizinhas, buscando assim uma aproximação aos movimentos revolucionários Rio-platenses¹³⁵. Na edição de “O Povo”, de 30 de Novembro de 1839, Domingos José de Almeida fazia uma associação do movimento gaúcho à Revolução de Maio de 1810:

Ainda que se queira desconhecer, a insurreição do Rio Grande não é mais que o desenvolvimento mais recente do movimento de maio de 1810, um passo a mais da revolução Americana, a última conquista do princípio regenerador do novo mundo, a consequência mais moderna dos trabalhos começados por Moreno, e ultimados por Bolívar. Tem seus princípios em Ituzaingó, Ayacucho, e Maipú. (...) É de necessidade conceder-lhe essa filiação. Último anel de uma cadeia de acontecimentos, todavia inacabada, que principia em Philadelphia em 1776, continua em Buenos Aires em 1810, sobe ao Equador nos anos imediatos, reaparece hoje em um dos confins do Brasil, para concluir amanhã no Rio de Janeiro, a revolução que há começado no Rio Grande e é corolário inevitável da revolução de um mundo. (O Povo, 30 de novembro de 1839, in: GUAZZELLI, 2000: p. 196).

Este texto corrobora a teoria de proximidade e influência das idéias políticas do movimento de 35 no Rio Grande do Sul com os vizinhos hispano-americanos. Dentro desta tese, os princípios da filosofia Mazziniana não estavam sendo feridos. O projeto protagonizado pelas províncias independentes da Região Platina visava, justamente, a congregação de Estados autônomos. Não pretendendo estes, tornarem-se uma única Nação Federativa. Na mesma época, mazzini fundava, baseados nestes princípios, a Jovem Europa,

apoio das maiores cidades, como Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo, São José do Norte, e a neutralidade da região das missões, estreitaram a base social de apoio ao conflito, excluindo a burguesia comercial de classe média, as pequenas propriedades agrícolas familiares, os estancieiros serranos e missionários (Ibidem, idem). Pode-se considerar isso uma perda, principalmente para o ideal republicano, pois nesses centros havia uma considerável circulação da ideologia do Liberalismo e da defesa da república, também através de periódicos.

¹³⁵ Um exemplo dessa busca por aproximação pode ser verificado no artigo “Povos e Governos”, anteriormente citado, conforme Scheidt: “O artigo, ao qual Rossetti se refere, é intitulado *Povos e governos*, originariamente publicado no *Iniciador*, traduzido ao português pelo periodista e publicado no *Povo*, logo abaixo do seu texto. O artigo, escrito por Miguel Cané, conclama os povos a rebelarem-se contra a tirania, resgatando o “ideário de maio”. Nas edições seguintes do periódico farroupilha, nosso autor publica outras traduções de artigos dos “jovens de 37”, cujo conteúdo expressa as principais idéias do grupo, além de vincular a Revolução Farroupilha aos movimentos revolucionários rio-platenses, todos eles tendo origem, segundo os textos, no maio de 1810” (In: SCHEIDT, 2004: p. 222). Ainda sobre as influências do Movimento de Maio de 1810 (libertação das províncias do Rio da Prata), um artigo de César Guazzelli afirma que “Foi muito importante no Rio da Prata a tardia definição das “regiões-províncias”, sempre resultantes do fracionamento de unidades mais amplas herdadas entre Buenos Aires, Santa Fé, Entre Rios, Corrientes e Banda Oriental (...). As províncias do antigo Vice Reinado resultaram dos anseios por autonomia dos respectivos grupos dominantes levados ao extremo: a recusa de submissão a um poder centralizado que tentavam organizar os próceres da Revolução de Maio em Buenos Aires, somar-se-iam às insubordinações a tentativas de mando nas diferentes *intendências*, fracionando-as naquelas unidades políticas que representavam o alcance máximo do poder dos proprietários rurais. (...) desta forma, as pretendidas autonomias eram praticamente impossíveis articulações que comprometessem esses objetivos políticos. Abrir mão das prerrogativas – como pedágios ao trânsito de mercadorias e outros impostos às produções concorrentes – seria o mesmo que ceifar as fontes que garantiam a sobrevivência mínima das províncias recém formadas. (In: GUAZZELLI, César Augusto Barcelos. *O federalismo na imprensa da república Rio-Grandense*. In: Humanas, Porto Alegre, v. 23, n 1/2 2000. p. 189-203)

que defendia a criação de uma união de nações soberanas, garantindo assim a autonomia de cada novo país que se formava, conforme manifesto de fundação:

che ad ogni uomo, e ad ogni Popolo spetta una missione particolare, la quale, mentre costituisce la individualità di quell'uomo, o di quel Popolo, concorre necessariamente al compimento della missione general dell'Umanità" (ATTO DI FRATELLANZA DELLA GIOVINE EUROPA, BERNA, 15 APRILE 1834. Ami Books, 2003, p. 2)¹³⁶.

O segundo sentido do ideal federativo está totalmente ligado ao Brasil. Além do laço natural com o império, as atividades econômicas dos estancieiros eram basicamente as de abastecimento dos mercados do centro do país. Seria muito prejudicial perder esse negócio. Fora uma reivindicação de ordem econômica que fez eclodir a revolução¹³⁷. O projeto federalista, neste sentido, procurava manter o contato com as outras províncias, por isso defendem a autonomia local das diferentes regiões do Império¹³⁸.

O artigo de Sandra Pesavento sobre a ideologia liberal dos farrapos, atribui à formação da ideologia da rebelião teóricos consagrados do pensamento iluminista, como Locke, Montesquieu e Rosseau,¹³⁹ para legitimar suas lutas. Também, a respeito do modelo federativo, afirma:

O importante a reter, no caso, é que tanto as correntes que dentre os farroupilhas pugnavam pela monarquia constitucional quanto as que declaravam-se pela república estavam defendendo um regime político que se coadunava com os interesses dos grupos dominantes locais e que a questão da soberania, tantas vezes alardeada em e outro caso, deve ser entendida como "interiorização dos centros de decisão" ou "capacidade de livre determinação" (PESAVENTO, 1985: p. 24).

Certamente, entre todos os pontos de tensão da relação dos periodistas italianos com alguns comandantes da revolução, este último será um dos maiores causadores de divergências.

Mazzini, na sua luta pela unificação da Itália, repudiava veementemente a proposta das burguesias regionais reunirem-se em torno de um sistema federativo¹⁴⁰. E seus seguidores

¹³⁶ Que a cada homem e a cada povo confere uma missão particular, a qual enquanto constitui-se a individualidade de qualquer homem e qualquer povo concorre necessariamente o cumprimento da missão geral da humanidade.

¹³⁷ Justamente nas razões da contenda entre a província e o império se verifica o nível em que o Liberalismo influenciava a política econômica da região. Os empresários do charque exigiam protecionismo econômico de modo a torná-lo competitivo com o produto argentino e uruguaio, ao mesmo tempo pediam a não taxaço do sal importado. (in GUAZZELLI, César Augusto Barcelos. *O Rio Grande do Sul na contracorrente da História*. In: Revista Vidya, n 24, julho dezembro de 1995, p. 142).

¹³⁸ PESAVENTO, Sandra. Opus Cit, p. 24.

¹³⁹ Ibidem, p. 21.

¹⁴⁰ Ver capítulo II, citação de Mazzini, *Istruzione general della Giovini Itália*, a partir da afirmação : "La Giovini Italia è unitária ..."

farão o mesmo na América. Mesmo a contragosto de boa parte dos generais, o jornal pregou livremente os princípios de republicanismo e soberania popular, mas, o projeto a que pretendiam convencer Rossetti e Cuneo era demasiado progressista para a pequena e frágil estrutura política rio-grandense, baseada numa relação mais arcaica, que envolvia o prestígio dos senhores estancieiros da região.

No entanto, fundamentado na concepção de que o espírito da publicação era difundir os princípios da revolução por parte dos farroupilhas e, ao mesmo tempo, dar uma educação republicana à população¹⁴¹. Os pontos em que ambos os grupos compartilhavam das mesmas opiniões eram a defesa da autonomia local, fosse em forma de república, unificada ou federativa, a denúncia contra as arbitrariedades do poder central e o compartilhamento de alguns argumentos liberais.

Em carta, esclarecendo os motivos do desligamento de Rossetti da publicação, pois já não era mais sustentável a forma como se direcionavam os ânimos da Revolução, afirma:

“A doutrina da Jovem Itália não era da Monarquia, ainda quanto fosse da indivisibilidade e da união, nós queríamos a República, e até puramente democrática; por que além desta fórmula não vemos liberdades verdadeiras possíveis”. (Carta de Rossetti a Domingos José de Almeida, CV AHRs)

A Jovem Itália defendia, em seus manifestos, a República Unitária. Justo essa forma federada de poder era dada como uma das principais causas da incompatibilidade política entre os dois movimentos¹⁴², associadas às concepções de Povo dentro deste processo, e aos interesses em jogo, no tocante ao andamento da Revolução Farroupilha.

Como podemos verificar, enquanto veículo de propagação política, o jornal O Povo, sustentou as atitudes dos rebeldes. Esses próprios rebeldes defenderam seus atos nos manifestos e proclamações dos generais, Associados a eles, os textos dos redatores (principalmente de Rossetti, o mais radical) eram similares na busca do apelo popular e na luta contra a tirania do poder imperial.

Embora com a adaptação do discurso, Rossetti encontrasse muitos problemas na redação do jornal, assim, em um dos seus artigos, na edição de número 47, uma desavença

¹⁴¹ Ver REVERBEL & BONES, 1996: p. 105, citação da carta de Rossetti a Cuneo: “... mande-me alguns livros, pois minhas reflexões não bastam para sustentar um jornal que se pretende educador...”.

¹⁴² Ver Flores, 1976, p 62: “Mazzini lutava pela unificação italiana, os farroupilhas batiam-se pela federação...”. Scheidt, 2004, p. 220: “Os farroupilhas, apesar de lutarem por sua independência, sempre se demonstravam favoráveis a estabelecer tênues formas de federação com outras províncias brasileiras, desde que a plena autonomia da Republica Rio-Grandense estivesse assegurada. Ao referir-se ao federalismo, desta forma, Rossetti é levado a alterar concepções mazzinianas em seus textos,”.

com o revisor o faz pedir demissão¹⁴³. Mesmo assim, em sua carta de desligamento, indica o companheiro Cuneo para o comando da publicação¹⁴⁴.

Ao assumir o periódico, Cuneo, ciente das desavenças que o companheiro tivera ao longo de sua missão, busca aproximar seus pensamentos da região platina, reforçando assim a defesa do sistema republicano. Com o periódico sob sua direção, escreve reflexão a respeito desta forma de governo. O artigo intitulado “A República” reafirma todas as concepções expressas no manifesto da Jovem Itália, em seu aspecto democrático e de amplo acesso popular:

O princípio da soberania popular e desprezos das formas monárquicas se acham arraigados no seio de nossa sociedade americana; e hoje, por mais que digam os periódicos do império, aqui entre nós, entre milhares de combatentes, que estão com as armas na mão em defesa da República (...). Uma revolução feita em nome da República importa alguma coisa mais que a mudança das formas governativas. Os tempos exigem muito mais *revolução*, em todas as molas sociais e seu objeto supremo, essencial – o povo – o povo que necessita ver realçada sua dignidade, que necessita conhecer todos os seus direitos para saber os defender da nobreza, que necessita saber quais são os seus deveres para saber aceitá-los e cumpri-los (o Povo, n. 155, Caçapava, sábado, 2 de maio de 1840: p. 654).

Mesmo com o constante conflito de setores comandantes da rebelião, as idéias de Mazzini fizeram-se circular livremente pelo periódico. Embora, fora do pequeno círculo, que funcionava entre Montevideu e a capital farroupilha, não havia bases intelectuais¹⁴⁵ que sustentassem as reivindicações do sul brasileiro. As concepções mais avançadas dentro do grupo que comandava a Revolução eram de autoria do Ministro Almeida, que tinham repercussão nas elites estancieiras. No entanto, estes não enxergavam muito além de suas próprias necessidades. A ótica dos intelectuais italianos era universalista, totalmente ligada aos acontecimentos do mundo, onde as velhas estruturas ruíam.

¹⁴³ A causa do desligamento do jornal seria a mudança do sentido de um texto, como afirma Rossetti em Carta a Cuneo: “Encontrareis no n. 47 um lugar onde por acaso está dito que o povo é invencível, mas eu havia escrito assim: *o povo é invencível, eterno e onipotente como Deus*. Sem me consultar, sem me ouvir, o mesmo Almeida, atrás do simples relatório de um ignorante que me acusou de herético, mutilou a minha proposição. Esta coisa me ocasionou tanto desgosto que, após haver bradado e exigido em vão que não se imprimisse o meu artigo, vi-me na necessidade de pedir a minha demissão. Portanto, não sou mais o diretor dos trabalhos tipográficos, nem o Redator do jornal que tinha retomado. Amanhã, parto para Camaquã.” (In: REVERBEL & BONES, 1996: P. 148).

¹⁴⁴ “Um jornal cuja criação tenho ao menos coadjuvado requeria de mim que recomendasse à pessoa poderosa que o tem protegido, o único homem que eu ao menos conheço capaz de sustentá-lo nos princípios que se havia adotado. Que teria acontecido dele se V. Ex^a. o tivesse abandonado aos talentos aristocráticos dos homens mais iluminados do seu país”. Carta de Rossetti a Almeida in: REVERBEL & BONES, 1996, p.111.

¹⁴⁵ Embora o artigo já citado de Sandra Pesavento, no qual atribui as influências de pensadores do Iluminismo na legitimação do liberalismo gaúcho, também vale a definição, de Leitman, ao destacar que uma das principais dificuldades de doutrinação por parte dos farroupilhas era por suas idéias forjarem-se na prática militar. Totalmente oposto da política feita por meio das letras e dos discursos (Leitman in Freitas, 1985: p. 108).

Antes de sua trágica morte em um combate, Rossetti escreve uma carta ao deputado Álvares Machado, encarregado das tratativas de paz com o império, suplicando para que o mesmo não desista da missão iniciada. Neste último relato o italiano deixa claros seus fundamentos na passagem pela revolução:

Desejo ver acabada esta luta de irmãos sem objeto agora e, espero que me perdoará se lhe importuno... A doutrina da Jovem Itália não era a da monarquia, ainda que fosse da individualidade e da união (...) Nós temos fé que a humanidade não será constituída e em marcha para o seu bem-estar senão quando todos os povos estiverem aliados numa federação republicana. Não a queremos só no Brasil, mas universal e estamos convencidos que nossos esforços não serão badalados. A época em que se cumprir este plano majestoso nós não a veremos, ela é remota, mas há de vir e nós a preparamos inda que com certeza de não desfrutá-la (...). Nosso apostolado é difícil e penoso; precisa até fazer muitas vezes abnegação de nossos princípios – mas não importa. A ele nos sacrificamos e nada nos abala (...). De resto sou estrangeiro e só me fica o direito de oferecer meus préstimos em favor do país que me hospedou. Nesta intenção e apara os não ver inteiramente perdidos na terra onde desejava ao menos deixar uma pisada, que agora hei de me valer de minha pouca influência e fazer para que estes bravos brasileiros voltem ao grêmio da própria família (Carta de Luigi Rossetti ao deputado Álvares Machado, 16 de novembro de 1840, in REVERBEL & BONES, 1996: p. 154).

Na tese defendida por Eduardo Scheidt, prevalece uma visão acerca das concepções de nação que podem ser percebidas através da leitura dos periódicos editados pelos italianos no sul da América. O trabalho administra uma noção de circularidade de concepções políticas entre os intelectuais mazzinianos e as elites líderes dos confrontos locais¹⁴⁶. Conforme defende:

Procuramos relativizar estas posições extremadas, demonstrando que o ideário mazziniano de Rossetti repercutiu em parte da liderança farroupilha, durante a fase em que eram predominantes as concepções igualitárias de república e tenderam a diluir-se ou mesmo desaparecer, quando triunfaram as concepções moderadas. Ou seja, neste trabalho anterior, já apontamos indícios de circularidade, no sentido de que houve mesclas entre parte do ideário dos exilados italianos com as concepções dos farroupilhas, embora estes nunca tenham aderido plenamente às idéias daqueles. (Scheidt, 2004: p. 284).

Essa dupla adaptação pode ser percebida nas adaptações sofridas por Cuneo ao tentar transformar suas idéias de forma que arrebanhassem militantes favoráveis. Já o radical Rossetti possuía em seus princípios uma irreduzibilidade quase nata (vide o motivo de sua saída do jornal).

¹⁴⁶ Ver Scheidt. Op. Cit. Capítulo 5 – CIRCULARIDADE DE IDEIAS NA CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE NAÇÃO: P. 269-305.

Contudo, este trabalho está alinhado em parte com as conclusões da dissertação de Scheidt, principalmente em não crer que seja mera coincidência ou falta de alternativas a admissão de Rossetti na redação do periódico¹⁴⁷. Outro fato é que, mesmo com o afastamento do mesmo, a consigna *liberdade, igualdade e humanidade* continuou a ser impressa, assim como os dizeres da *Jovem Itália*¹⁴⁸.

No entanto, a adoção de um liberalismo moderado por parte dos rebeldes, reflexo do movimento mundial, acabou por suprimir as concepções radicais dos italianos. Sendo assim, o presente trabalho pretendeu mostrar como a apropriação do discurso extremado de Rossetti e, não tão extremado, de Cuneo, foi utilizada para legitimação da revolução, já que as lideranças farroupilhas não possuíam um corpo intelectual estável. O uso do universalismo reuniu, ao menos no conjunto de textos do jornal, os rio-grandenses, como um povo, que defende seus princípios. Mesmo que não fosse essa a intenção dos comandantes, manteria aceso um ideal de luta, importante para a vitória do movimento. Caso não o fosse, seria extremamente difícil a atividade de jornalista por parte de ambos os personagens.

Não foram citados aqui os trechos que foram extraídos diretamente do folheto da “*Jovem Itália*”¹⁴⁹, devido ao corrente argumento de que, entre os militantes de Mazzini e as atitudes da república, prevaleceria sempre a segunda. O intuito foi dar uma pequena demonstração de como se cruzavam as concepções acerca dos conceitos apresentados, de um e de outro, na transposição dos ideais do movimento para um texto que tinha sua circulação restrita às regiões sob o comando dos rebeldes, como é o caso do jornal. Também se buscou ressaltar que, devido à ampla formação dos militantes de Mazzini, e das praticidades do império, não fora uma missão sem nexos ou lógica qualquer a estadia destes homens no conflito.

¹⁴⁷ Ibidem, p. 296.

¹⁴⁸ Ibidem, p. 297.

¹⁴⁹ Referência ao Artigo “O Povo! O Povo!”, publicado no V volume, entre outros estudados pelos autores anteriormente enumerados.

Considerações finais:

As novas corrente historiográficas têm se utilizado largamente dos periódicos como fontes de pesquisa histórica¹⁵⁰, devido a amplitude de trabalhos que podem ser desenvolvidos a partir da análise dessas fontes. No caso do Jornal “O Povo”, preferiu-se tratá-lo como um panfleto político, visto que não era propriamente uma publicação no sentido moderno, que se prestava a notícias cotidianas. Apenas figuravam em suas páginas textos de interesse para o movimento do sul do país.

Considerar “O povo” como um folheto partidário, pressupõe logicamente que visava atrair adeptos e simpatizantes para a causa da revolução farroupilha. Essa busca por simpatia e apoio popular pode ser exemplificada nas palavras de Bollème¹⁵¹, que me atrevo a citar novamente, na exaltação do personagem “Povo”, onde, sobretudo nas Revoluções, no intuito de captar a força dessa massa de pessoas para as suas causas. Assim, o poder do povo é sempre cedido à um grupo que sabe apropriar-se dele.

¹⁵⁰ O uso dos periódicos como fonte teve um crescimento considerável nas últimas décadas devido aos novos estudos de história política, segundo um texto de Tânia Regina de Luca: “Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento. Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o fluxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas. A crítica a essa concepção, realizada já na década de 1930 pela chamada Escola dos *Annales*, não implicou o reconhecimento imediato das potencialidades da imprensa, que continuou relegada à uma espécie de limbo. Percorrer o caminho que vai da desconsideração à centralidade dos periódicos na produção do saber historiográfico implica em acompanhar, ainda que de forma bastante sucinta, a renovação dos temas, as problemáticas e os procedimentos metodológicos da disciplina” (De Luca, Tânia Regina. *Historia dos, nos e por meio dos periódicos*. In: Pinsk, Carla Bassanezi *Fontes Históricas*, Rj editora contexto. 2000: p.112).

¹⁵¹ Bollème, Op. Cit,

A busca pela aceitação desse Povo, fez com que os empresários do charque do sul do país buscassem essa massa de gente comum em suas proclamações, e era também a essa massa que se dirigiam os militantes da Jovem Itália em seus artigos e textos. Posso especular que, enquanto o primeiro buscava apoio para sua causa particular, o segundo buscava instruir essa massa a tomar o destino da nação em suas mãos, como ressaltaria o próprio Rosseti no prospecto do jornal de sua criação. Mas isso não significa que não houvesse proximidade ideológica entre os dois movimentos.

A compatibilidade entre esses movimentos pode ser identificada a partir de como ambos se constituíram e interpretaram o contexto à sua volta. Enquanto o Rio Grande do Sul se caracteriza pela formação de um movimento belicoso e de pouco debate ideológico. Muitos dos partidários e atuantes no conflito defendiam ideais republicanos e federalistas desde 1831 na província, onde já havia uma circulação de periódicos que defendiam o fim da monarquia no Brasil.

No caso dos voluntários senhores europeus que se ofereceram ao conflito, por sua vez provinham de uma formação política pouco coesa, inclusive em solo brasileiro¹⁵². Já que Mazzini, Rosseti e Zambeccari eram membros da seita carbonária, Rosseti e Zambeccari exilaram-se no país ainda na condição de carbonários. Somente em 1831 é que a Jovem Itália é fundada, e com ela a defesa do Republicanismo como forma de governo¹⁵³.

Também se deve levar em conta o fato de esses militantes estarem apoiando o estado devido à esperança que possuem na libertação de todo o território brasileiro¹⁵⁴. Esperança essa que esbarrou na falta de unidade nos projetos e nos próprios rumos da revolução.

Como é sabida, boa parte dos comandantes não concordava com a organização republicana e nas concessões que ela acarreta. O próprio Bento Gonçalves não tinha a intenção de desmembrar-se do império brasileiro, no entanto, segundo Fagundes, foi justamente atendendo uma pressão das tropas, e dos simpatizantes, ou seja, do “povo”, que a independência da província fora proclamada.

Assim, é válida a afirmação que a República Rio-Grandense fora proclamada e mantida por pressão do corpo das tropas, e foi feita para manter a unidade da rebelião. Se por um lado essa pressão foi fundamental por outro, o apoio de setores da população garantia a luta pelas reivindicações da classe de empresários do charque, que quando não puderam mais

¹⁵² Isto se refere afirmação de Spencer Leitman sobre a Jovem Itália no Rio de Janeiro ser uma organização frágil e de pouca coesão política (Leitman, 1985: p. 100)..

¹⁵³ Cabe colocar que é a mesma data de publicação dos periódicos Republicanos em Porto Alegre.

¹⁵⁴ Leitman, Op. Cit, p. 106.

sustentar a guerra negociaram suas condições de paz, esquecendo-se desse tão inflamado discurso dirigido ao dito Povo rio-grandense.

Rosseti no fim mesmo discordando das concepções farrapas defendeu a revolução até esta culminar em sua morte, o que na, porém o espírito da Jovem Itália fora mantido até o fim, defendeu a republica para todos os povos, embora achasse que, no caso do Brasil somente o tempo poderia trazer a maturidade política para tal. ¹⁵⁵.

O periódico durou apenas dois anos, mas em suas páginas poderemos encontrar uma assimilação das duas visões propostas para o conflito.

¹⁵⁵ Como afirma em carta a seu companheiro Cuneo em 7 de fevereiro de 1839: “A semente dá republica está lançada somente o tempo fará saber se ela vingará ou não” In: Leitman, 1985: p. 108.

BIBLIOGRAFIA:

ALVES, Francisco Neves. *Imprensa, política e história no Rio Grande do Sul*, Rio Grande, Fundação Universidade de Rio Grande, 2004.

BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BERNARDI, Mansueto. “a guerra dos farrapos”..In *Correio do Povo*, jornal de Porto Alegre, 20 de setembro de 1935.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília, UNB, 1976.

BÓLLÈME, Geneviève. “O povo por Escrito”. São Paulo, Martins Fontes, 1988.

CASSIRER, Ernest. “O mito do Estado”. Lisboa: Publicações Europa-America. 1961.

DONGHI, Halpering. *História da América Latina*. Ed. Paz e Terra, São Paulo, 1974.

DROZ, Jacques. *Europa: Europa: Restauración y Revolución, 1815-1848*. Siglo Veiteuno Editora S.A. Madrid, 1995.

DUMAS, Alexandre. *Memórias de Garibaldi*. Porto Alegre. L& PM Pocket. 2001.

ELMIR, Cláudio Pereira. *As Armadilhas do Jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para pesquisa histórica*. In: *Cadernos do PPG em História da UFGRS*, Porto Alegre.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. “*História da Revolução Farroupilha*”. Porto Alegre, Corag. 1985.

_____, *A maçonaria e as forças secretas da Revolução*. Rio de Janeiro, Gráfica editora Aurora, sem data.

FAUSTO, Boris, *História Concisa do Brasil*. Edusp. São Paulo, 2001.

FLORES, Moacyr. *Modelo político dos farrapos*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

FREITAS, Décio. *Farrapos: Uma Rebelião Federalista*. In: *A revolução Farroupilha: história e interpretação*. Mercado Aberto, 1985, pg. 110-121.

GERSON, Brasil. *Garibaldi e Anita*. Editora Souza, Rio de Janeiro, 1953.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. *O federalismo na Imprensa da república Rio Grandense*. In *Revista Humanas*, Porto Alegre v. 23 n. ½, p. 185-188, 2000.

_____, *O Rio Grande do Sul na contracorrente da História*. In: *Revista Vidya*, n 24, julho dezembro de 1999.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e Nacionalismos desde 1780*. Ed. Paz e Terra. São Paulo, 1998.

_____, *A Era das Revoluções*, Paz e Terra. São Paulo, 1998.

HOLLANDA, Sergio Buarque. *Historia geral da civilização Brasileira, tomo II: o Brasil Monárquico – o processo de emancipação*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1993.

KOSSELECK, Reinhart. “*Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos*”. Rio de Janeiro, *Estudos Históricos*, vol. 5, n 10, 1992. P. 134-146.

LEITMAN, Spencer. *Revolucionários Italianos na Revolução Farroupilha*. In: FREITAS, Décio. *A revolução Farroupilha: história e interpretação*. Mercado Aberto, 1985, pg. 98-109.

LEPRE, Aurélio. *Il Risorgimento*. Torino : Loescher, 1978

LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSK, Carla Bassanezi (org.) Editora Contexto.

MACEDO, Francisco Riopardense. *Imprensa farroupilha*, IEL, Porto Alegre, 1994.

MAZZINI, Giuseppe. *Istruzione generale per affiliate de la Giovine Itália*, In: LEPRE, Aurélio. *Il Risorgimento*. Torino : Loescher, 1978, p.

_____, *Atto di Fratellanza della Giovine Europa*, Ami Books, 2003.
disponível em www.associazionemazziniana.it.

_____, *La repubblica Alla Prova*. Ami Books, 2003, disponível em www.associazionemazziniana.it.

_____, *Deveres do homem*. Rio de Janeiro: Brasil Ed., 1938.

MUSEU E ARQUIVO HISTORICO DO RIO GRANDE DO SUL, *Documentos interessantes para o estudo da Grande Revolução de 1835-1845, 1º volume: O Povo, 2º volume: O mensageiro, o Americano*.

PALMER, R., COLTON, J.. *Historia Contemporânea*. Madrid, Akal editor 1978.

PESAVENTO, Sandra Jathay. *Farrapos, Liberalismo e ideologia*. In: *A revolução Farroupilha: história e interpretação*. Mercado Aberto, 1985, pg. 5-29.

_____, *As tendências da Historiografia gaúcha*, In: *Rs: Cultura e Ideologia*. Mercado Aberto, Porto Alegre, 1980.

_____, *A defasagem entre a realidade e a historiografia oficial*. In: *Rs: Cultura e Ideologia*. Mercado Aberto, Porto Alegre, 1980.

PICCOLO, Helga. *Historiografia Gaúcha*. In: Anos 90 (revista do ppg de historia da universidade federal do Rio grande do sul), nº 3 , maio de 1995, pg. 43 a 58.

_____, *A guerra dos Farrapos e a constituição do Estado Nacional*. In: FREITAS, Décio. *A revolução Farroupilha: história e interpretação*. Mercado Aberto, 1985, pg. 30-60.

REMOND, René. “O século XIX, 1810-1914” São Paulo, editora cultrix 1987.

_____, “*Por uma Historia Política*” São Paulo, Fundação Getulio Vargas, 2001 2º ed..

REVERBEL, Carlos, BONES, Elmar. *Luiz Rossetti, o editor sem rosto e outros aspectos da imprensa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, L&PM, 1996.

SCHEIDT, Eduardo. *Representações de nação por periodistas italianos na região platina 1827- 1870*. Tese de doutorado, São Paulo, USP, 2004. (Manuscrito).

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 231-269.

THIÈSE, Anne-Marie. “*Ficções criadoras: as identidades nacionais*”. In: Revista Anos 90. Nº 15 – 2001/2002, p.7-23.

WASSERMAN, Claudia (org.), *História da América Latina: Cinco Séculos*. Ed. UFRGS, Porto Alegre, 1996.

ZAVALA, Íris M. *Masones, Comuneros y Carbonários*. Siglo Veiteuno de Espana editores sa. Madrid, 1971.